

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E QUALIDADE AMBIENTAL

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

BRASÍLIA-DF
ABRIL/2009

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

SUMÁRIO

DESCRIÇÃO	PÁGINA
1. Identificação	06
2. Responsabilidades Institucionais	07
2.1. Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas	07
2.2. Avaliação do Desempenho Institucional	11
3. Estratégias de Atuação	13
4. Gestão de Programas e Ações	14
4.1. Programas	14
4.1.1. Programa: 0511 – GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	14
4.1.1.1. Dados Gerais	14
4.1.1.2. Principais Ações do Programa	14
4.1.1.3. Gestão das Ações	14
4.1.1.3.1. Ação – 8785 – Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento	14
4.1.1.3.1.1. Dados Gerais	14
4.1.1.3.1.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício	15
4.1.2. Programa: 0512 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	16
4.1.2.1. Dados Gerais	16
4.1.2.2. Principais Ações do Programa	17
4.1.2.3. Gestão das Ações	17
4.1.2.3.1. Ação – 8896 – Controle Ambiental dos Espaços Litorâneos	17
4.1.2.3.1.1. Dados Gerais	17
4.1.2.3.1.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício	17
4.1.3. Programa: 0794 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO	19
4.1.3.1. Dados Gerais	19
4.1.3.2. Principais Ações do Programa	19
4.1.3.3. Gestão das Ações	19
4.1.3.3.1. Ação – 6642 – Instrumentalização de Estados e Municípios para Gestão da Orla Marítima	19

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

4.1.3.3.1.1. Dados Gerais	19
4.1.3.3.1.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício	20
4.1.4. Programa: 1346 - QUALIDADE AMBIENTAL	21
4.1.4.1. Dados Gerais	21
4.1.4.2. Principais Ações do Programa	21
4.1.4.3. Gestão das Ações	22
4.1.4.3.1. Ação – 8342 – Aperfeiçoamento do Processo de Licenciamento Ambiental	22
4.1.4.3.1.1. Dados Gerais	22
4.1.4.3.1.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício	22
4.1.4.3.2. Ação – 2272 – Gestão e Administração do Programa	24
4.1.4.3.2.1. Dados Gerais	24
4.1.4.3.2.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício	25
4.1.4.3.3. Ação – 8496– Apoio a Estruturação dos Sistemas Estaduais de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos - P2R2.	30
4.1.4.3.3.1. Dados Gerais	30
4.1.4.3.3.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício	31
4.1.4.3.4. Ação – 1C49 – Prevenção da Contaminação Ambiental e Gerenciamento de Substâncias Perigosas	32
4.1.4.3.4.1. Dados Gerais	32
4.1.4.3.4.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício	33
4.1.4.3.5. Ação – 2B85- Fomento a Projetos para Melhoria da Qualidade Ambiental	34
4.1.4.3.5.1. Dados Gerais	34
4.1.4.3.5.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício	35
4.1.4.3.6. Ação – 2B87 – Capacitação para Qualidade Ambiental	36
4.1.4.3.6.1. Dados Gerais	36
4.1.4.3.6.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício	37
4.1.4.3.7. Ação – 2B88 – Preservação e Recuperação de Danos Ambientais Causados pela Indústria de Petróleo.	40
4.1.4.3.7.1. Dados Gerais	40
4.1.4.3.7.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício	41
4.1.4.3.8. Ação – 2D05 – Promoção da Proteção à Atmosfera.	42

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

4.1.4.3.8.1. Dados Gerais	42
4.1.4.3.8.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício	43
4.1.4.3.9. Ação – 6635 – Delimitação das Áreas Marinhas Ecologicamente Sensíveis.	44
4.1.4.3.9.1. Dados Gerais	44
4.1.4.3.9.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício	44
4.1.4.3.10. Ação – 8911 – Elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas	45
4.1.4.3.10.1. Dados Gerais	46
4.1.4.3.10.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício	46
4.1.4.3.11. Ação – 10TT – Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina	49
4.1.4.3.11.1. Dados Gerais	49
4.1.4.3.11.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício	50
5. Desempenho Operacional	51
6. Evolução de Gastos Gerais	57
7. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	NÃO SE APLICA
8. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	58
9. Demonstrativo de Transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	ANEXO I
10. Previdência Complementar Patrocinada	NÃO SE APLICA
11. Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos	NÃO SE APLICA
12. Renúncia Tributária	NÃO SE APLICA
13. Declaração sobre a Regularidade dos Beneficiários Diretos de Renúncia	NÃO SE APLICA
14. Operações de Fundos	NÃO SE APLICA
15. Despesas com Cartão de Crédito	NÃO SE APLICA
16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	59
17. Determinações e Recomendações do TCU	60
18. Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadorias e Pensão Praticados no Exercício.	NÃO SE APLICA

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

19. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado	NÃO SE APLICA
20. Informações sobre a Composição de Recursos Humanos	NÃO SE APLICA
21. Outras Informações consideradas pelos Responsáveis como relevantes para a Avaliação da Conformidade e do Desempenho da Gestão	61
22. Conteúdos Específicos por UJ ou Grupo de Unidades Afins	61
23. Declaração do Contador Responsável Pela Unidade	ANEXO II

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. OBJETIVOS

Nome Completo da Unidade e Sigla	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ	
Natureza Jurídica	Administração Direta – Poder Executivo Federal	
Vinculação Ministerial	Ministério do Meio Ambiente	
Normativos de Criação, Definição de Competências e Estrutura Organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União.	Lei Nº. 10.683 de 28 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 29/05/2003. Decreto Nº. 6.101 de 26/04/2007, publicado no Diário Oficial da União de 27/04/2007.	
CNPJ	37.115.375/0005-30	
Nome e Código no SIAFI	440031- Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental.	
Código da UJ titular do Relatório	440031	
Código das UJ Abrangidas	440076/440089/440092	
Endereço Completo da Sede	Esplanada dos Ministérios – Bloco B – 8º Andar – CEP – 70.068- 901 - Brasília – DF Telefones – (61) 3317-1230 /3317-1204 – Fax- (61) 3317-1760	
Endereço da Página Institucional na Internet	http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=137	
Situação da Unidade Quanto ao Funcionamento	Em funcionamento	
Função de Governo Predominante	Gestão Ambiental	
Tipo de Atividade	Preservação, Conservação Ambiental e Controle Ambiental	
Unidades Gestoras Utilizadas no SIAFI	Nome- Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental	Código - 440031

2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1. PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1.1 – Competência da Unidade

O Decreto nº. 6.101, de 26 de abril de 2007, que aprovou a nova Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente, definiu também a competência da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ e dos seus três Departamentos de: Mudanças Climáticas, Qualidade Ambiental na Indústria e Licenciamento e Avaliação Ambiental, aos quais competem:

I - propor políticas e normas e definir estratégias nos temas relacionados com:

- a) a avaliação ambiental estratégica;
- b) as diferentes formas de poluição, degradação ambiental e riscos ambientais;
- c) os resíduos danosos à saúde e ao meio ambiente;
- d) a avaliação de impactos ambientais e o licenciamento ambiental;
- e) o monitoramento da qualidade do meio ambiente;
- f) o desenvolvimento de novos instrumentos de gestão ambiental; e
- g) o desenvolvimento de matriz energética ambientalmente adequada;

II - propor, coordenar e implementar programas e projetos na sua área de competência;

III - acompanhar e avaliar tecnicamente a execução de projetos na sua área de competência;

IV - formular, propor e implementar políticas de prevenção e atendimento a situação de emergência ambiental;

V - coordenar as ações do Ministério relacionadas às mudanças climáticas;

VI - propor políticas e instrumentos econômicos para regular o mercado de carbono (MDL);

VII - coordenar a participação brasileira nas atividades relacionadas ao Foro Intergovernamental de Segurança Química;

VIII - promover a cooperação técnica e científica com entidades nacionais e internacionais na área de sua competência;

IX - coordenar e executar as políticas públicas decorrentes dos acordos e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil na área de sua competência;

X - desenvolver estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo; e

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

XI - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua atuação.

Departamento de Mudanças Climáticas - DEMC compete:

I - subsidiar e assessorar as diversas unidades do Ministério e as entidades vinculadas nos assuntos relacionados com as mudanças globais do clima;

II - coordenar reuniões destinadas à formação da posição do Ministério relacionada às mudanças globais do clima;

III - acompanhar e subsidiar tecnicamente a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima;

IV - subsidiar, assessorar e participar, em articulação com a Assessoria de Assuntos Internacionais, de negociações internacionais e eventos relacionados com as mudanças globais do clima;

V - desenvolver estudos para a proteção do sistema climático global e da camada de ozônio;

VI - desenvolver políticas e estratégias para a mitigação e adaptação às consequências das mudanças climáticas globais;

VII - apoiar a ampliação do uso de alternativas energéticas ambientalmente adequadas;

VIII - elaborar estudos para a formulação de políticas e definição de instrumentos econômicos para regular o mercado de carbono (MDL);

IX - coordenar e articular, no âmbito do Ministério, a implementação das políticas públicas decorrentes dos acordos e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil na sua área de atuação; e

X - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua atuação.

Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental – DLAA compete:

I - subsidiar a formulação de políticas e normas e a definição de estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados com:

a) a avaliação ambiental estratégica;

b) a avaliação de impactos e licenciamento ambiental;

c) o acompanhamento da gestão ambiental dos empreendimentos do setor de infraestrutura;

d) o desenvolvimento de novos instrumentos de gestão e planejamento ambiental, inclusive para o setor de infraestrutura; e

e) o desenvolvimento de padrões, normas e técnicas de controle e gestão ambiental;

II - propor, coordenar e implementar programas e projetos na sua área de competência;

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

III - acompanhar e avaliar tecnicamente a execução de projetos na sua área de atuação;

IV - coordenar e executar as políticas públicas decorrentes dos acordos e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil na sua área de atuação;

V - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação; e

VI - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua atuação.

Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria - DQAM compete:

I - subsidiar a formulação de políticas e normas e a definição de estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados com:

a) a redução da poluição ambiental;

b) o controle e o monitoramento de atividades poluidoras;

c) as diferentes formas de poluição, degradação ambiental e riscos ambientais;

d) o desenvolvimento de novos instrumentos de gestão ambiental para a prevenção da poluição;

e) a redução de riscos ambientais decorrentes de produtos e substâncias perigosas e nocivas;

f) a formulação, a proposição e a implementação de políticas de prevenção, preparação e atendimento a situação de emergência ambiental;

g) a gestão ambiental para a produção mais limpa e ecoeficiente;

h) a promoção da segurança química;

i) a promoção da prevenção e atendimento a situações de emergência ambiental com produtos químicos;

j) a gestão de passivos ambientais e áreas contaminadas;

l) a gestão de resíduos perigosos; e

m) a gestão de produtos e resíduos perigosos, danosos à saúde e ao meio ambiente;

II - desenvolver estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e a recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo;

III - desenvolver estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades relativas a produtos tóxicos;

IV - propor, coordenar e implementar programas e projetos na sua área de competência;

V - acompanhar e avaliar tecnicamente a execução de projetos na sua área de atuação;

VI - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação; e

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

VII - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua atuação.

2.1.2 – Papel dos Departamentos na Execução das Políticas

2.1.2.1 - Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental - DLAA

O Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental tem a competência de subsidiar a formulação de políticas, normas e estratégias para a implementação de ações relacionadas com o a avaliação de impactos - avaliação ambiental estratégica e avaliação ambiental integrada de bacias; com o licenciamento ambiental; o acompanhamento da gestão ambiental dos empreendimentos do setor de infra-estrutura; o desenvolvimento de novos instrumentos de gestão e planejamento ambiental; e o desenvolvimento de padrões, normas e técnicas de controle e gestão ambiental. Para tanto, o departamento está assim estruturado: (i) Diretoria de Licenciamento e Avaliação Ambiental; (ii) Assessoria de Acompanhamento da Gestão Ambiental; (iii) Assessoria de Acompanhamento de Colegiados e Capacitação; (iv); Gerência de Políticas para o Licenciamento Ambiental; e Gerência de Instrumentos de Avaliação Ambiental.

2.1.2.2 – Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria-DQAM

O Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria – DQAM é a unidade da Secretaria responsável pela formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas nacionais relacionadas com a qualidade ambiental do ar, do solo, do mar e da zona costeira, resultante da interação das atividades socioeconômicas com o meio ambiente, sejam elas do setor primário, secundário ou terciário da economia, abrangendo os impactos das atividades da indústria, do extrativismo mineral, do comércio, dos transportes e da navegação, com foco na prevenção, na redução, no controle e no monitoramento da poluição, da degradação e dos riscos ambientais e na promoção da segurança química.

O DQAM se subdivide em três gerências, as quais organizam seus temas em coordenações e núcleos. A **Gerência de Segurança Química** agrupa os temas Substâncias Químicas, Controle de Agrotóxicos e Emergências Ambientais. A **Gerência de Resíduos Perigosos** coordena as ações ligadas aos temas Áreas Degradadas e Contaminadas, Resíduos Industriais e Perigosos e Tecnologias Limpas. Já a **Gerência de Qualidade Costeira e do Ar** engloba os temas Petróleo, Qualidade do Ar, Portos e Navegação e Gerenciamento Costeiro e Marinho.

2.1.2.3 – Departamento de Mudanças Climáticas – DEMC

O Departamento de Mudanças Climáticas tem como algumas de suas competências: subsidiar e assessorar as diversas unidades do MMA e as entidades vinculadas nos assuntos relacionados com a mudança do clima; desenvolver estudos para a proteção do sistema climático global e da camada de ozônio e apoiar a ampliação do uso de alternativas energéticas ambientalmente adequadas. Atua como ponto focal brasileiro para a implementação do Protocolo de Montreal, implementando políticas e normas para a eliminação das Substâncias que destroem a Camada de Ozônio e o gerenciamento do

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

passivo destas substâncias. Responde também, no contexto ambiental, pelo acompanhamento da Convenção- Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Estrutura-se em três núcleos, voltados para Mudanças do Clima, Energia e Proteção da Camada de Ozônio.

2.2. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Marco institucional do ano de 2008, foi o lançamento do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, no qual o Brasil se compromete, pela primeira vez, a possuir médias decrescentes de desmatamento em todos os biomas, mensuráveis a cada quatro anos, até atingir o chamado desmatamento ilegal zero.

O Plano possui metas voluntárias e setoriais que, juntas, representam a redução de centenas de milhões de toneladas de gás carbônico por ano, seja pela redução do desperdício, seja pelo aumento da eficiência energética, ou ainda pela redução progressiva do desmatamento ou aumento progressivo do plantio de florestas nativas e comerciais.

Dessa forma, o governo brasileiro incentivará o desenvolvimento de ações no Brasil e colaborará com o esforço mundial de combate ao problema. Além disso, criará condições internas para enfrentar as consequências sociais e econômicas das alterações climáticas.

O Plano é fruto do trabalho do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, de caráter permanente, formado por 17 ministérios e pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, liderados pela Casa Civil – tendo recebido também contribuições da Conferência Nacional do Meio Ambiente, que este ano debateu o tema Mudanças Climáticas.

Entre as principais metas do Plano está a redução em 72% do índice de desmatamento na Amazônia, até o período de 2017/2018. Isso equivale a 4,8 bilhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) a menos na atmosfera. Outras medidas a serem adotadas referem-se às áreas de produção de energia elétrica, álcool, biodiesel e carvão. Haverá também estímulo a políticas de incentivo para o uso de energias limpas como a solar, incentivo à reciclagem e ao uso de automóveis que emitam menos e gastem menor quantidade de combustível, além de metas importantes para a redução do desperdício de energia.

O aumento do número de árvores plantadas é outra meta importante do Plano: pretende-se passar de 5,5 milhões de hectares para 11 milhões de hectares em 2020, sendo 2 milhões relativos a árvores nativas.

A estrutura do plano possui sete objetivos centrais e quatro eixos: mitigação; vulnerabilidade, impacto e adaptação, pesquisa e desenvolvimento; e capacitação e divulgação. Em sua primeira fase, busca-se a organização das ações em curso, reforço das medidas existentes e identificação e criação de novas oportunidades para permitir o intercâmbio de experiências e a integração de ações nos mais diversos segmentos da sociedade. O Plano, portanto, tem a função principal de maximizar os resultados positivos do conjunto dos esforços nacionais em favor do clima global e fortalecer o processo adaptativo do País ao sistema climático.

No que se refere ao Licenciamento Ambiental, foi dada continuidade à estratégia de desenvolvimento de políticas públicas, numa perspectiva de articular os entes

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), visando o estabelecimento de uma Agenda Nacional para o Aprimoramento do Licenciamento Ambiental que propicie condições para o pleno desempenho dos órgãos ambientais licenciadores no cumprimento de suas atribuições legais; e o desenvolvimento de procedimentos, normas, capacitação e capacidade para os Sistemas de Licenciamento Ambiental incluindo apoio ao desenvolvimento de Sistemas de informação sobre Licenciamento Ambiental, em especial, o Sistema de Licenciamento Ambiental Federal (SisLic).

Além disso, foi realizado curso à distância sobre licenciamento ambiental para 800 gestores ambientais municipais, em parceria com o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais Municipais – PNC.

No âmbito das ações de fortalecimento do licenciamento ambiental federal em 2008, destaca-se o aporte de recursos ao Ibama, por meio de crédito extraordinário autorizado pela Medida Provisória N° 424/2008, para incremento na estrutura do parque computacional do Ibama, de forma a garantir uma operação eficiente dos sistemas corporativos do Instituto, entre os quais o SisLic e demais sistemas integrados a esse.

O Grupo Gestor, criado por meio de portaria ministerial em 2007, para acompanhamento da gestão ambiental dos empreendimentos do setor de infra-estrutura, realizou o acompanhamento do licenciamento ambiental, no âmbito federal, dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tendo elaborado um Relatório Consolidado, em maio de 2008, identificando as limitações e necessidades de aprimoramento dos instrumentos de acompanhamento da conformidade ambiental dos empreendimentos do PAC, bem como apontando soluções para superação dessas limitações.

Em 2008, foi dada continuidade ao desenvolvimento de novos instrumentos de planejamento, que consolidam a integração das políticas ambiental e setorial. O MMA começou a desenvolver o projeto Desenvolvimento Metodológico e Tecnológico para a Avaliação Ambiental Integrada de Bacia Hidrográfica, aplicada ao processo de análise da viabilidade ambiental de empreendimentos hidrelétricos, com base na Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do Rio Uruguai. Esse projeto está sendo executado em parceria com as Universidades Federais de Santa Maria e do Pampa, com recursos (R\$ 1,6 milhão), do Fundo Financiador de Estudos e Projetos (Finep/MCT), envolvendo os órgãos ambientais estaduais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e ainda tem a participação do setor elétrico (Ministério de Minas e Energia, Eletrosul e outros). A previsão é de que o projeto seja finalizado em meados de 2010.

Ainda no que se refere à dimensão ambiental no planejamento setorial, foi elaborado relatório de diretrizes ambientais para o Trem de Alta Velocidade Rio-Campinas (TAV) de forma a orientar a elaboração do Termo de Referência para o Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento.

Em novembro de 2008, foi realizada Oficina sobre Metodologia de Avaliação Ambiental Estratégica, a qual teve como resultado a elaboração de guia que define as diretrizes para a Avaliação Ambiental Estratégica de políticas, planos e programas aplicáveis a diferentes setores de desenvolvimento e recortes territoriais.

No desenvolvimento da Agenda Nacional para o Aprimoramento do Licenciamento Ambiental, o MMA realizou, no âmbito da agenda do “licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária”, oito oficinas, entre os meses de agosto e novembro de 2008, sob a coordenação do TAL-Ambiental/MMA, nas quais houve a participação desta Secretaria, além de outras áreas do MMA, do Ibama, do Incra e dos órgãos estaduais de

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

meio ambiente em que foram identificados cinco eixos temáticos para o aprimoramento do licenciamento ambiental de assentamentos de reforma agrária.

Entre as licenças emitidas em 2008, destacam-se as das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau no rio Madeira, em Rondônia. Com relação à licença de Santo Antônio, o consórcio formado pela construtora Odebrecht e por Furnas deverá, como contrapartida, arcar com a manutenção de duas unidades de conservação: os parques nacionais de Mapinguari, no Amazonas, e a reserva biológica de Jarú, em Rondônia; bem como com o custeio da demarcação e do monitoramento de duas reservas indígenas no estado de Rondônia (Karipuna e Karitiana).

3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

Dentre as estratégias de ação destacam-se:

- Estudos que deverão ser realizados com o objetivo de desenvolver novos mecanismos econômicos de estímulo ao desenvolvimento sustentável.
- Programa Nacional de Capacitação Ambiental Portuária (PNCAP) que vem sendo revisado para que suas oficinas atendam demandas específicas portuárias, focadas em boas práticas ambientais, a partir de experiências nacionais e internacionais. Ficando para o início de 2009 a organização de uma oficina voltada à elaboração e implementação de agendas ambientais portuárias locais.
- O Programa Nacional para o Gerenciamento Integrado de Áreas Contaminadas teve toda a sua primeira parte praticamente concluída sendo que os três componentes - desenvolvimento e implementação de reformas regulatórias referentes ao estabelecimento e sustentabilidade financeira do Fundo Ambiental Brasileiro; desenvolvimento de um Inventário Nacional de Áreas Contaminadas e uma Lista Nacional de Prioridades para as áreas contaminadas e, por fim, a seleção de uma área para futura implementação de um projeto piloto – foram entregues e subsidiarão a segunda parte do Projeto. Esta segunda parte visará alcançar os seguintes objetivos: 1) permitir ao Governo o estabelecimento de um Fundo Ambiental; 2) iniciar projeto piloto de demonstração e gerenciamento de áreas contaminadas com POPs no país; e 3) testar a viabilidade do financiamento e envolvimento do setor privado no mecanismo desenvolvido para sustentabilidade financeira do Fundo.
- O Plano Nacional sobre Mudança do Clima será revisado periodicamente, o que permitirá a realização dos ajustes necessários. Ademais, no início de 2010 o plano deverá passar por uma revisão incorporando novas sugestões e os dados do novo inventário de emissões que está em elaboração pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. Nas próximas fases, deverão ser incluídos os mecanismos de avaliação do desempenho das ações em curso e respectivos resultados. Serão também apresentadas ações e instrumentos complementares, incluindo pactos com os estados da federação, destinados a garantir que os objetivos possam ser alcançados.

4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

4.1. PROGRAMAS

4.1.1. PROGRAMA: 0511 – GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE

4.1.1.1 – DADOS GERAIS

Tipo de Programa	Programa de Gestão de Políticas Públicas
Objetivo Geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente
Gerente do Programa	Izabella Mônica Vieira Teixeira
Gerente Executivo	-
Indicadores ou Parâmetros Utilizados	Não se aplica*
Público-Alvo(Beneficiários)	Governo

* Obs: Não há indicadores do Programa, por se caracterizar como programa de gestão de políticas públicas.

4.1.1.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

- Ação 8785 - Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

4.1.1.3. GESTÃO DAS AÇÕES

4.1.1.3.1. AÇÃO – 8785 – Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

4.1.1.3.1.1 – Dados Gerais

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Instrumentalizar os órgãos federais de meio ambiente para análise e acompanhamento da conformidade ambiental dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas / Diretoria de Licenciamento e Avaliação

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

	Ambiental
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental
Coordenador Nacional da Ação	Volney Zanardi Júnior
Responsável pela Execução da Ação no nível Local (quando for o caso)	Não se aplica.

4.1.1.3.1.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

4.1.1.3.1.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
(não há previsão de meta física)	-	-

4.1.1.3.1.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
5.000.000	-	5.000.000	4.819.826	4.819.826

4.1.1.3.1.2.3. Resultados

Mediante descentralização de crédito ao Ibama, foi possível adequar o parque tecnológico do Instituto – mediante a aquisição de equipamentos de processamento e armazenamento de dados corporativos, bem como, adequar a infra-estrutura tecnológica e computacional da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama – Dilic e dos Núcleos de Licenciamento Ambiental – NLAs nos estados. Além disso, foram adotadas ações referentes à adequação da estrutura do Sistema de Licenciamento Ambiental Federal – SisLic, de seu código e banco de dados.

Foram ainda adquiridos equipamentos de informática para o Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental/Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental/Ministério do Meio Ambiente – DLAA/SMCQ/MMA, de forma a incrementar a estrutura de informática do departamento responsável por coordenar o acompanhamento da gestão ambiental dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Além disso, viabilizou-se o apoio ao desenvolvimento institucional do licenciamento ambiental federal com vistas ao desenvolvimento e aprimoramento de normas e procedimentos para o licenciamento ambiental.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

4.1.1.3.1.2.3.1 Avaliação dos Resultados

No âmbito das ações de fortalecimento do licenciamento ambiental federal, em 2008, destaca-se o aporte de recursos, por meio de crédito extraordinário autorizado pela Medida Provisória Nº 424/2008.

As principais iniciativas para o fortalecimento institucional, técnico e material no exercício da gestão ambiental contextualizam-se na promoção das condições para o pleno desempenho dos órgãos ambientais licenciadores, em especial do Ibama – órgão ao qual compete o licenciamento ambiental federal, no cumprimento de suas atribuições legais para a avaliação da conformidade ambiental dos empreendimentos do PAC; e o desenvolvimento de procedimentos, normas e capacidade para os Sistemas de Licenciamento Ambiental, incluindo apoio ao desenvolvimento de sistemas de informação, em especial, o Sistema de Licenciamento Ambiental Federal – SisLic. O investimento para incremento na estrutura do parque computacional do Ibama garantirá uma operação eficiente dos sistemas corporativos do Instituto, dentre os quais o SisLic.

A abertura deste crédito extraordinário representou ainda a viabilidade de incremento para o apoio ao desenvolvimento institucional do licenciamento ambiental, com vistas ao desenvolvimento e aprimoramento de normas e procedimentos para o licenciamento ambiental, incluindo sistemas de licenciamento ambiental de forma a viabilizar o acompanhamento da conformidade ambiental dos empreendimentos do PAC.

4.1.2. PROGRAMA: 0512 – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

4.1.2.1 – DADOS GERAIS

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País
Gerente do Programa	Egon Krakhecke
Gerente Executivo	Roberto Ricardo Vizentin
Indicadores ou Parâmetros Utilizados	– Taxa de zoneamento do território nacional
Público-Alvo (Beneficiários)	Agentes de planejamento e gestão ambiental (locais, regionais, nacionais) e agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle e de fomento, investidores, trabalhadores).

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

4.1.2.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

- Ação 8896 - Controle Ambiental dos Espaços Litorâneos

4.1.2.2.1. Objetivos

4.1.2.3. GESTÃO DAS AÇÕES

4.1.2.3.1. AÇÃO – 8896 – Controle Ambiental dos Espaços Litorâneos

4.1.2.3.1.1 – Dados Gerais

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Sistematizar e ampliar o nível de conhecimento sobre a dinâmica sócio-ambiental e tendências de uso dos espaços litorâneos, com estabelecimento de cenários e proposta de planejamento.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	– Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria – Gerência de Qualidade Costeira e Marinha
Coordenador Nacional da Ação	Rudolf de Noronha
Responsável pela Execução da Ação no nível Local (quando for o caso)	Não se aplica.

4.1.2.3.1.2 Metas e Resultados da Ação no Exercício

4.1.2.3.1.2.1 Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Diagnóstico Realizado	8	5

4.1.2.3.1.2.2 Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
1.232.114	704.289	527.825	527.825	527.825

4.1.2.3.1.2.3 Resultados

- Realização do **I Simpósio Nacional sobre Erosão Costeira**, entre 25 e 28/8/2008, na cidade do Recife/PE. O evento abordou a questão das diretrizes para atuação do poder público no que diz respeito aos problemas decorrentes da erosão costeira e sua relação com o planejamento territorial.
- Publicação do **Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha** (instrumento de gestão previsto na Lei 7661/88 e Decreto 5300/04), que reúne informações, em escala nacional, sobre as características físico-naturais e socioeconômicas da Zona Costeira, com a finalidade de orientar ações de preservação, conservação, regulamentação e fiscalização dos patrimônios naturais e culturais.

4.1.2.3.1.2.3.1 Avaliação dos Resultados

- A questão da retomada dos projetos estaduais de gerenciamento costeiro, como mecanismo de fortalecimento das coordenações estaduais, não progrediu dentro do esperado. Considerando o número de estados, a estratégia inicial, relatada no ano anterior, era renovar o apoio mediante a obtenção de recursos externos. Como essa estratégia não avançou, a alternativa prevista foi a realização de um levantamento das demandas junto às coordenações estaduais de gerenciamento costeiro, visando a estruturação de um plano de fortalecimento. Entretanto, os esforços ficaram concentrados na questão da erosão costeira, com a realização do I Simpósio Nacional, a partir do qual deverão ser elaboradas diretrizes de uso e ocupação em escala nacional, regional e microrregional, baseada em informações e produtos de interesse na mediação de conflitos, redução de impactos e construção de cenários para obtenção de alternativas de sustentabilidade, com foco na aquicultura, petróleo, turismo, indústria e expansão urbana.
- Com a atualização do Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha, está sendo estruturada uma estratégia para que essa e outras publicações da Gerência de Qualidade Costeira e Marinha cheguem às instituições que demandam o uso destes instrumentos como subsídio para decisões e ações de gestão costeira.
- Entre os diagnósticos previstos, o Programa Nacional de Capacitação Ambiental Portuária (PNCAP) vem sendo revisado para que suas oficinas atendam demandas específicas portuárias, focadas em boas práticas ambientais, a partir de experiências nacionais e internacionais. Ficando para o início de 2009 a organização de uma oficina voltada à elaboração e implementação de agendas ambientais portuárias locais.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

4.1.3. PROGRAMA: 0794 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

4.1.3.1 – DADOS GERAIS

Tipo de Programa	Serviços ao Estado
Objetivo Geral	Conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função sócio-ambiental em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos para a Nação.
Gerente do Programa	Alexandra Reschke
Gerente Executivo	Jorge Arzabe
Indicadores ou Parâmetros Utilizados	– Número-Índice de Imóveis Regulares – Variação da Arrecadação da Receita Patrimonial
Público-Alvo (Beneficiários)	Sociedade, órgãos e entidades da Administração Pública

4.1.3.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

- Ação 6642- Instrumentalização de Estados e Municípios para Gestão da Orla Marítima

4.1.3.2.1. Objetivos

4.1.3.3. GESTÃO DAS AÇÕES

4.1.1.3.1. AÇÃO – 6642 – Instrumentalização de Estados e Municípios para Gestão da Orla Marítima.

4.1.3.3.1.1 – Dados Gerais

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Instrumentalizar estados e municípios para aplicação dos procedimentos do Projeto Orla, nas áreas de patrimônio da União, visando à ocupação planejada dos espaços e o uso sustentável dos recursos ambientais, mediante parcerias entre o governo e a sociedade.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	– Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria – Gerência de Qualidade Costeira e Marinha

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

Coordenador Nacional da Ação	Rudolf de Noronha
Responsável pela Execução da Ação no nível Local (quando for o caso)	Não se aplica.

4.1.3.3.1.2 Metas e Resultados da Ação no Exercício

4.1.3.3.1.2.1 Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Município Apoiado	28	13

4.1.3.3.1.2.2 Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
346.940	-	346.940	346.940	346.940

4.1.3.3.1.2.3 Resultados

– Realizada uma avaliação do estado atual de implementação do Projeto Orla para a identificação de estratégias de sua continuidade. A avaliação foi coordenada pelo IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), e os resultados foram apresentados durante o *II Seminário Nacional do Projeto Orla: avaliação e diretrizes para o seu fortalecimento*, realizado entre 6 e 8 de agosto, em Salvador/BA. O evento teve como objetivo discutir os resultados e as propostas da pesquisa de avaliação do Projeto com estados, municípios e sociedade civil. Conforme encaminhado no Seminário, em outubro, teve início uma série de oficinas para capacitação das Comissões Técnicas Estaduais do Projeto Orla (CTEs). O objetivo é dinamizar a atuação deste fórum como impulsionador dos processos em andamento e como fomentador de novos processos, por meio do estabelecimento de agendas estaduais do Projeto Orla. Na primeira etapa já foram atendidos os estados da Bahia, Rio Grande do Norte e Espírito Santo.

4.1.3.3.1.2.3.1 Avaliação dos Resultados

– A partir dos resultados obtidos foram confirmados outros encontros em Belém/PA, Fortaleza/CE, Rio de Janeiro/RJ, Florianópolis/SC, Recife/PE, e Sergipe/SE. Além disso, o conjunto desses trabalhos deve conduzir a uma revisão do Projeto Orla no âmbito do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO) e do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

4.1.4. PROGRAMA: 1346 – QUALIDADE AMBIENTAL

4.1.4.1 – DADOS GERAIS

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, do controle dos riscos e da melhoria do atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais. Além do controle de emissões de gases com a finalidade de proteção da camada de ozônio e do sistema climático global, da identificação de impactos e vulnerabilidades à mudança do clima e a definição de medidas de adaptação
Gerente do Programa	Suzana Kahn Ribeiro
Gerente Executivo	Rudolf de Noronha
Indicadores ou Parâmetros Utilizados	Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (CFCs)
Público-Alvo(Beneficiários)	Sociedade

4.1.4.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

- Ação 8342- Aperfeiçoamento do Processo de Licenciamento Ambiental;
- Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa;
- Ação 8496- Apoio à Estruturação dos Sistemas Estaduais de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida e Emergências Ambientais com Produtos Perigosos – P2R2;
- Ação 1C49- Prevenção da Contaminação e Gerenciamento de Substâncias Perigosas;
- Ação 2B85- Fomento a Projetos para Melhoria da Qualidade Ambiental;
- Ação 2B87- Capacitação para Qualidade Ambiental;
- Ação 2B88- Preservação e Recuperação de Danos Ambientais Causados pela Indústria do Petróleo;
- Ação 2D05- Promoção da Proteção da Atmosfera; e
- Ação 6635- Delimitação das Áreas Marinhas Ecologicamente Sensíveis.
- Ação 8911- Elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas
- Ação 10TT – Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

4.1.4.3. GESTÃO DAS AÇÕES

4.1.4.3.1. AÇÃO – 8342- Aperfeiçoamento do Processo de Licenciamento Ambiental

4.1.4.3.1.1 – Dados Gerais

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Desenvolver e acompanhar a implementação de instrumentos de gestão e planejamento, legais, técnicos e institucionais de apoio à aplicação do licenciamento ambiental, visando sua eficiência, eficácia e efetividade, a fim de propiciar o controle da implantação das atividades econômicas e dos projetos de infra-estruturas logística, energética, social e urbana, de forma sustentável, em tempo compatível com os planejamentos setoriais e com as políticas de desenvolvimento.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas / Diretoria de Licenciamento e Avaliação Ambiental
Unidades Executoras	440031 -Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Diretoria de Licenciamento e Avaliação Ambiental / Gerência de Instrumentos de Avaliação Ambiental e Gerência de Política para o Licenciamento Ambiental
Coordenador Nacional da Ação	Volney Zanardi Júnior
Responsável pela Execução da Ação no nível Local(quando for o caso)	Não se aplica.

4.1.4.3.1.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

4.1.4.3.1.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Instrumento aperfeiçoado	12	9

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

4.1.4.3.1.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2.003.216	416.146	1.585.070	1.585.070	1.585.070

4.1.4.3.1.2.3 Resultados

O Grupo Gestor, criado por meio de portaria ministerial em 2007, para acompanhamento da gestão ambiental dos empreendimentos do setor de infra-estrutura, realizou o acompanhamento do licenciamento ambiental, no âmbito federal, dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, tendo elaborado um Relatório Consolidado, referente a maio de 2008, identificando as limitações e necessidades de aprimoramento dos instrumentos de acompanhamento da conformidade ambiental dos empreendimentos do PAC, bem como apontando soluções para superação dessas limitações.

Foram finalizadas as atividades de capacitação em licenciamento ambiental para 800 gestores ambientais municipais. As atividades de capacitação foram realizadas em parceria com o Programa Nacional de Capacitação (Dep. Coordenação do Sisnama/MMA).

Dando continuidade ao desenvolvimento de novos instrumentos de planejamento, que consolidam a integração das políticas ambiental e setoriais, o MMA começou a desenvolver o projeto “Desenvolvimento Metodológico e Tecnológico para a Avaliação Ambiental Integrada de Bacia Hidrográfica aplicada ao processo de análise da viabilidade ambiental de empreendimentos hidrelétricos” com base na Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do rio Uruguai. Esse projeto está sendo executado em parceria com as Universidades Federais de Santa Maria e do Pampa, envolvendo os órgãos ambientais estaduais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e ainda tem a participação do setor elétrico (Ministério de Minas e Energia, Eletrosul e outros).

Foi realizada Oficina sobre Metodologia de Avaliação Ambiental Estratégica – AAE. Esta oficina foi realizada para discussão e consolidação de Guia sobre diretrizes para a AAE.

O MMA realizou, no âmbito da agenda do “licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária”, oito oficinas, entre os meses de agosto e novembro de 2008, sob a coordenação do TAL-Ambiental/MMA, nas quais houve a participação do Departamento, além de outras áreas do MMA, do Ibama, do Incra e dos órgãos estaduais de meio ambiente. No mês de novembro, foi concluída a realização das 8 oficinas. Foi, ainda, elaborado relatório consolidando os resultados das oficinas, no qual foram identificados eixos temáticos para o aprimoramento do licenciamento ambiental de assentamentos de reforma agrária.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

Foram sistematizadas as informações ambientais para a área de interesse para implantação do Trem de Alta Velocidade Rio-Campinas – TAV de forma a orientar a elaboração do Termo de Referência para o Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento.

Foi aprovada pelo CONAMA a Resolução que regula o Licenciamento Ambiental de Aterros Sanitários Pequeno Porte (Resolução Conama Nº 404, de 11/11/2008, cujo texto foi elaborado com a participação do Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental – DLAA/SMCQ/MMA.

Finalizada versão do Guia que define as diretrizes para a Avaliação Ambiental Estratégica de políticas, planos e programas aplicáveis a diferentes setores de desenvolvimento e recortes territoriais. O guia foi elaborado em parceria com o Ministério dos Transportes e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

4.1.4.3.1.2.3.1. Avaliação dos Resultados

O licenciamento ambiental é um importante instrumento de gestão da Política Nacional de Meio Ambiente. Por meio dele, a administração pública busca exercer a gestão sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais, de modo a conciliar o desenvolvimento econômico e o uso dos recursos naturais, com vistas a assegurar a sustentabilidade e qualidade ambiental.

O aperfeiçoamento do licenciamento ambiental vem aprimorando o diálogo setorial, com enfoque em ações e medidas preventivas com os diferentes setores usuários dos recursos naturais. Dessa forma, o Licenciamento Ambiental contribuiu para o fortalecimento da transversalidade, na medida em que qualificou o debate de forma a afirmar a importância da inserção da variável ambiental no planejamento das atividades dos diversos setores, especialmente os de infraestrutura, e na formulação de suas políticas

4.1.4.3.2. AÇÃO – 2272 – Gestão e Administração do Programa

4.1.4.3.2.1 – Dados Gerais

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental / Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
Coordenador Nacional da Ação	Rudolf de Noronha
Responsável pela Execução da Ação no nível Local(quando for o caso)	Não se aplica.

4.1.4.3.2.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

4.1.4.3.2.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
(não há previsão de meta física)	-	-

4.1.4.3.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
1.070.015	13.353	1.056.662	1.029.217	1.029.217

4.1.4.3.2.3 Resultados

As despesas executadas nesta ação referem-se principalmente as despesas administrativas e de manutenção do programa, como também, execução de atividades que não foram contempladas com ações no PPA por se tratarem da elaboração e desenvolvimento de Políticas Públicas, definição de estratégias, estudos técnicos, entre outros.

Atividades finalísticas desenvolvidas no âmbito da ação – Gestão e Administração do Programa:

As atividades voltadas a formulação de políticas e normas, a definição de estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados à ampliação do uso de fontes de energia ambientalmente adequadas, a eficiência energética, ao acompanhamento da gestão ambiental dos empreendimentos do setor energético incluindo hidroelettrico, petrolífero, gás e de biocombustíveis, bem como o acompanhamento das ações do governo brasileiro no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e do Protocolo de Montreal, são desenvolvidas por intermédio do GAP.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

Dentre os principais resultados alcançados no período 2008 destacam-se:

1- Energia Renovável:

A Coordenação de Energia e Meio Ambiente – CEMA atua na formulação de políticas e normas e na definição de estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados com ampliação do uso de alternativas energéticas ambientalmente adequadas e com o acompanhamento da gestão ambiental dos empreendimentos do setor hidroeelétrico, energia eólica, biocombustíveis, além do setor petrolífero e de gás natural.

Principais produtos de 2008:

a) Elaboração de estudo intitulado: **Uso Econômico de Resíduos uma contribuição à Sustentabilidade**. Publicado na Revista do Instituto Celso Furtado.

b) Lançamento de três editais pelo Projeto PNUD BRA/00/020 para contratação de consultoria, sendo dois editais para pessoa física e um para pessoa jurídica, como segue:

1. Realizar levantamento sobre a geração e destino de resíduos provenientes da atividade madeireira nos estados do Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Rondônia e Pará, e propor diretrizes para políticas, normas e condutas técnicas a serem aplicadas pela área ambiental, visando promover o uso adequado dos mesmos, incluindo a produção de energia. O 1º produto foi entregue em outubro de 2008 e novos produtos estão sendo aguardados para meados de 2009.
2. Realizar estudos sobre o aproveitamento, para fins energéticos, de resíduos e subprodutos (sólidos, líquidos e gasosos) das indústrias de produtos de origem florestais e de resíduos provenientes da atividade madeireira e gerados nas cidades. O 1º produto foi entregue em outubro de 2008 e novos produtos estão sendo aguardados para meados de 2009.
3. Realizar estudos sobre o potencial de geração de energia a partir de resíduos de saneamento (lixo, esgoto), visando incrementar o uso de biogás como fonte alternativa de energia renovável, observando seus aspectos técnicos e viabilidade econômica. (Este edital foi cancelado tendo em vista que foi recebida uma única proposta que não atendia às necessidades do Projeto. O Termo de Referência foi alterado e será reeditado em 2009).

c) Participação em diversos Grupos de Trabalho, discussões para formulação de programas interministeriais, participação em Conferências:

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

Participação no Grupo de Trabalho, criado pelo governo do Estado de Pernambuco, responsável pela definição de uma matriz energética sustentável para Fernando de Noronha;

- Participação no Grupo de Trabalho responsável pela elaboração de padrões de eficiência energética para edificações;
- Participação no Grupo de Trabalho coordenado pela Casa Civil para elaboração do Programa Brasileiro de Certificação de Biocombustíveis – PBCB, com elaboração de documentos para subsidiar o GT;
- Continuação das discussões do Programa Nacional de Fomento de Energia Solar Térmica espera-se que seja lançado até o julho de 2009;
- Articulação com o MME e a ANEEL para desenvolvimento do Programa de Eficiência Energética por intermédio de troca de geladeiras para população de baixa renda e coleta de CFC;

Participação na elaboração do texto-base e do texto de apoio à III Conferência Nacional de Meio Ambiente - CNMA, que teve como tema-chave “Mudanças Climáticas”. Participação dos técnicos como instrutores e facilitadores nas conferências estaduais e municipais, preparatórias para III CNMA;

Contribuição dos técnicos da área na elaboração do Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas – PNMC lançado em dezembro de 2008;

- Participação na Conferência Internacional sobre Biocombustíveis.

d) Atualização da Página do MMA com inclusão, para divulgação, dos tópicos ligados a energia e meio ambiente.

2. Protocolo de Montreal

As ações são realizadas com recursos de doação do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal. Dentre as principais atividades executadas em 2008, ressaltam-se:

a) **Gerenciamento do Passivo de CFC nos Segmentos da Refrigeração Doméstica e Comercial (Projetos de Recolhimento, de Regeneração e de Treinamento):** Em 2008 foram recolhidos cerca de 5 toneladas de CFC-12 e 19 toneladas de HCFC-22, por meio dos equipamentos doados no âmbito do Plano Nacional de Eliminação de CFCs. Por meio das Centrais de Regeneração instaladas, foram regeneradas aproximadamente, de 2005 a 2008, 29 toneladas de CFC-12 e 31 toneladas de HCFC-22. No ano de 2008 o projeto de treinamento de refrigeristas habilitou cerca de 5.000 técnicos em refrigeração, sendo que no total já foram treinados aproximadamente 20.500 técnicos desde o início do projeto, em agosto de 2004.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

b) Recolhimento e Reciclagem de CFC (MAC e chillers): O projeto de recolhimento e reciclagem no setor automotivo (MAC) finalizou a distribuição de 335 equipamentos de recolhimento e reciclagem. Em 2008 foram adquiridas e entregues mais 25 máquinas para atender as regiões Norte e Nordeste

c) Capacitação dos fiscais de Alfândega: Em 2008 foram distribuídos 16 identificadores de Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio, para as gerências do IBAMA localizadas nas principais regiões portuárias do País. Os fiscais do IBAMA foram treinados em assuntos relacionados ao Protocolo de Montreal e na operação do equipamento. O Manual de Ajuda para o Controle das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio foi concluído em 2008.

d) Eliminação do Brometo de Metila no setor agrícola: Desde janeiro de 2007 está proibida a importação do brometo de metila para quaisquer usos que não tratamento fitossanitário e quarentenário. Foram distribuídas 28 caldeiras a vapor para as Associações e agricultores das regiões de Atibaia, Holambra, Via Dutra, Ibiúna (todas no estado de São Paulo) e Pernambuco. Foram realizados treinamentos para operação das caldeiras e de Manejo Integrado de Pragas – MIP. Foram adquiridos 1000 coletores solares para distribuição aos agricultores familiares para auxiliar no tratamento do solo e substrato utilizado para o plantio de flores e plantas ornamentais.

e) Divulgação do PNC: Continuação da divulgação do PNC, enfatizando a redução progressiva da disponibilidade de CFC e a necessidade de recolhimento e regeneração de CFC nos setores de refrigeração e sistemas de ar condicionados, inclusive automotivos. Para tanto, *folders*, *releases*, cartilhas, adesivos, site do MMA e PNC e outros recursos de mídia foram utilizados para divulgações no ano de 2008.

f) Instalação de máquinas recicladoras de CFCs de Ar Condicionado Central nas 5 Centrais de Regeneração: Foram implantadas 6 Centrais de Reciclagem de CFCs, como projeto piloto em lojas de comercialização de suprimentos para refrigeração (componentes, refrigerantes, etc.) no ano de 2008.

g) Incentivo à implementação de Sistema de Gestão Ambiental – SGA para micro e pequenas empresas do setor de refrigeração comercial: Assinatura de Acordo de Cooperação técnica entre o MMA, ABRAVA (Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento) e ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados); realização de um seminário sobre Refrigeração no setor de supermercados e elaboração de um Manual de Boas Práticas em Supermercados para Sistemas de Refrigeração e Ar Condicionado.

h) Difusão de informações tecnológicas, treinamento e capacitação para o setor de refrigeração: Realização do Seminário “Uso de Refrigerantes Naturais em Sistemas de Refrigeração e Ar-Condicionado” na região Sudeste e preparação dos seminários da Região Norte/Nordeste e Região Sul.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

i) Projeto de suporte ao desenvolvimento de normas técnicas para as atividades de recolhimento, reciclagem e regeneração de fluidos refrigerantes e aspectos de segurança relacionados ao uso de refrigerantes hidrocarbonetos: i) Elaboração do projeto de norma de manufatura reversa de aparelhos de refrigeração e submissão à ABNT; ii) Elaboração de projeto de norma para recolhimento, reciclagem e regeneração de SDOs; iii) Elaboração de projeto de norma para controle de emissões em aparelhos de ar condicionado e refrigeração estacionárias; iv) Elaboração de um guia de referência para uso da Amônia em sistemas de refrigeração.

j) Apoio às empresas distribuidoras de energia elétrica para recolhimento de SDOs: Deu-se continuidade à Cooperação Técnica entre este Ministério e distribuidoras de energia elétrica no sentido de incentivar o recolhimento de Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio dos refrigeradores domésticos antigos, substituídos no âmbito dos projetos de eficiência energética, por equipamentos novos, mais eficientes em comunidades de baixa renda. A aquisição e distribuição dos refrigeradores novos são realizadas com recursos das distribuidoras por meio dos Programas de Eficiência Energética, por força da Lei 9991/01. Os impactos ambientais positivos ocorrem como resultado da retirada de uso dos refrigeradores antigos e ineficientes em termos energéticos e utilizadores de gases como o CFC e o HCFC. Essas substâncias são, de maneira concomitante, degradadoras da camada de ozônio e potentes gases de efeito estufa. Os gases são retirados dos refrigeradores antigos e encaminhados à regeneração. Em 2007 foram firmados Acordo de Cooperação Técnica com cinco Distribuidoras de Energia Elétrica, ELETROACRE – Companhia de Eletricidade do Acre, AMPLA – Energia e Serviço S/A, COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, CELPE – Companhia Energética de Pernambuco e CHESP – Companhia Hidroelétrica São Patrício. Foram recolhidos até dezembro de 2008, 566 kg de CFC-12 e 300 kg de HCFC-22 no âmbito dos Acordos. Esse montante equivale a cerca de 600 toneladas de CO₂ equivalente evitadas. Em 2008 realizou-se ainda um seminário para discutir sobre a destinação final de refrigeradores domésticos obsoletos, com a participação de especialistas nacionais e internacionais.

4.1.4.3.2.3.1. Avaliação dos Resultados

Pode-se avaliar que os resultados alcançados contribuíram para ampliação da participação do MMA nos diversos fóruns sobre biocombustíveis tanto em nível nacional quanto internacional.

Apesar de algumas atividades não terem sido desenvolvidas como planejadas, devido a mudança dos gestores responsáveis pela Secretaria, os resultados obtidos no período foram bastante significantes. A interlocução com outras áreas de governo estão se consolidando, principalmente com o MME, ANEEL, EPE, MRE, MCT, MP e MAPA.

As ações desenvolvidas pelo MMA com o objetivo de atender as obrigações frente ao Protocolo de Montreal foram alcançadas, sendo que para o ano de 2009, o consumo de CFC virgem se dará apenas no setor de saúde. A partir de 1º de janeiro de 2010, qualquer importação de CFC estará proibida. Para evitar as emissões das substâncias contidas nos equipamentos em uso, diversas ações estão sendo desenvolvidas, bem como o incentivo ao

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

uso de substâncias não agressoras a Camada de Ozônio e contribuintes ao Aquecimento Global.

Apesar do bom desempenho alcançando pela Secretaria no desenvolvimento das atividades planejadas, algumas ações ficaram prejudicadas, principalmente, devido as dificuldades decorrentes da celebração de convênios. As mudanças na legislação dificultaram, significativamente, a realização de atividades como um apoio mais efetivo ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - FBMC que antes recebia recursos do MMA para realização de uma série de atividades de interesse mútuo; a realização de estudos, programas de capacitação, criação de ferramentas voltadas a levantamento de emissões, entre outras, realizadas com universidades, centros de excelência em mudanças climáticas, foram suspensas, o que certamente prejudicará a implementação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, tendo em vista que o conhecimento sobre o tema se concentra na academia.

O programa nacional de fomento a energia solar térmica ficou prejudicado em seu desenvolvimento devido a dificuldades de diálogo com o MME, impossibilitando a inclusão do programa no PPA 2008-2011.

Ressalta-se ainda que a inexistência de uma ação voltada para Energia e Mudanças Climáticas no âmbito do PPA, dificultou a destinação de recursos para ações específicas, fato que será parcialmente resolvido no PPA 2008-2011, pelo menos no que tange a mudanças climáticas.

4.1.4.3.3. AÇÃO – 8496 – Apoio à Estruturação dos Sistemas Estaduais de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos.

4.1.4.3.3.1 – Dados Gerais

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Apoiar os governos estaduais nas ações destinadas a prevenir a ocorrência de emergências ambientais com produtos químicos perigosos e a atender de forma rápida e eficiente essas ocorrências, visando reduzir seus efeitos nocivos ao meio ambiente e aos organismos vivos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental / Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
Unidades Executoras	440031- Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental.
Áreas Responsáveis por Gerenciamento	Departamento de Qualidade Ambiental na

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

ou Execução	Indústria / Gerência de Segurança Química
Coordenador Nacional da Ação	Rudolf de Noronha
Responsável pela Execução da Ação no nível Local(quando for o caso)	Não se aplica

4.1.4.3.3.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

4.1.4.3.3.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Projeto Apoiado	2	1

4.1.4.3.3.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
1.327.000	409.060	917.940	917.940	917.940

4.1.4.3.3.2.3 Resultados

A SMCQ promoveu o apoio ao Estado da Paraíba para o "**Mapeamento de áreas de risco de acidentes com produtos perigosos na Paraíba, rodovia BR-230, trecho Cabedelo – Campina Grande**", conforme estabelecido pelo Grupo de Trabalho de Mapeamento de Áreas de Risco Ambiental, instrumento integrante do Plano Nacional de Prevenção, Preparação, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais - P2R2.

O objetivo do convênio é realizar o mapeamento das áreas de risco, visando identificar atividades potencialmente impactantes, áreas contaminadas, passivos ambientais, sítios frágeis e vulneráveis, histórico de ocorrência de acidentes e unidades de respostas e atendimento a acidentes, definindo o grau de risco ambiental, na rodovia BR-230, no trecho entre as cidades de Cabedelo e Campina Grande, numa faixa de 5 km, tomando a rodovia com eixo longitudinal da faixa, o que corresponde a uma área aproximada de 750 km². O convênio tem como proponente o Estado da Paraíba, por meio da Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA. O valor total do Convênio celebrado é de R\$ 599.080,00, sendo R\$ 530.940,00 do concedente e R\$ 68.140,00 do proponente, a título de contrapartida.

Em andamento a execução do convênio celebrado com o estado de Pernambuco em 2007, para o "**Projeto de Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes com ênfase no Complexo Industrial Portuário de Suape-PE**". A Etapa 1 já se encontra em fase de conclusão, tendo sido iniciadas as Etapas 2 e 3 do convênio. O objeto do convênio é o mapeamento de áreas de risco de Acidentes com produtos perigosos identificando, caracterizando e definindo o grau de risco ambiental ao longo das estradas da Região Metropolitana de Recife, com ênfase no Pólo Petroquímico de Suape. O convênio teve

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

como proponente o Estado de Pernambuco, por meio da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – CPRH. O valor total do Convênio celebrado foi de R\$ 624.389,00, sendo R\$ 498.739,00 do concedente e R\$ 125.650,00 do proponente. 100 % dos recursos do concedente já foram repassados à CPRH, no ano de 2008.

4.1.4.3.3.2.3.1 Avaliação dos Resultados

O projeto iniciará sua execução em 2009, com término previsto para dezembro de 2010. Como consequência deste trabalho, ocorrerá a atualização cadastral com todos os empreendimentos licenciados pela SUDEMA, cobrindo todo o território do estado da Paraíba, dando maior amplitude ao mapeamento realizado. Dada a importância da BR-230, para o desenvolvimento da região e considerando como estratégia de segurança e confiabilidade do tráfego, optou-se pelo trecho Cabedelo / Campina Grande, da rodovia para utilizá-lo como área para implementação deste projeto. A carência de instrumento de gestão para a tomada de decisão sobre as questões de riscos ambientais estimulou a celebração deste convênio, no sentido de tornar o estado, através de suas instituições envolvidas, capaz de realizar a replicação deste projeto em outros trechos e de preparar as suas instituições para o pronto atendimento às emergências ocorridas.

4.1.4.3.4. AÇÃO – 1C49 – Prevenção da Contaminação Ambiental e Gerenciamento de Substâncias Perigosas

4.1.4.3.4.1 – Dados Gerais

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Reduzir os riscos oferecidos por substâncias e resíduos perigosos ao meio ambiente e à integridade e bem estar das populações.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental / Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria / Gerência de Segurança Química
Coordenador Nacional da Ação	Sérgia de Souza Oliveira
Responsável pela Execução da Ação no nível Local(quando for o caso)	Não se aplica.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

4.1.4.3.1.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

4.1.4.3.1.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Sistema Implantado	11%	11%

4.1.4.3.1.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
342.000	98.448	247.552	247.552	247.552

4.1.4.3.1.2.3. Resultados

Foi contratada a consultoria jurídica (empresa Intertox LTDA) para elaboração do Registro de Emissões e Transferência de Poluentes. Ocorreram várias reuniões ao longo do ano procurando dar seqüência à estratégia geral dos trabalhos e procurou-se discutir e propor a lista de poluentes trabalhados pelos diversos órgãos envolvidos na discussão.

Foram finalizadas as atividades relativas à fase preparatória para elaboração do Documento Final de Projeto (Full-sized - FSP) GEF/PNUD/MMA “Estabelecimento da Gestão de Resíduos de Bifenilas Policloradas (PCBs) e Sistemas de Disposição”, por meio da Fase Preparatória do Projeto (PPG), com recursos provenientes do GEF (Global Environment Fund). O objetivo do Projeto é reforçar a capacidade de gestão e de disposição dos óleos PCBs, os equipamentos contendo PCBs e outros resíduos de PCBs de forma sustentável, a fim de cumprir com as obrigações acordadas da Convenção de Estocolmo.

Estreitamento das relações com a CETESB frente ao fortalecimento da candidatura do Brasil como Centro Regional da Convenção e discussão de um termo de cooperação técnica entre o MMA e a CETESB para a efetiva implantação do Centro.

4.1.4.3.1.2.3.1 Avaliação dos Resultados

Em se tratando da instalação e funcionamento do laboratório de dioxinas e furanos pode-se afirmar que os resultados foram positivos, pois toda a instalação física foi concluída, inclusive a instalação dos equipamentos analíticos constituídos pelo cromatógrafo gasoso com espectrômetro de massa acoplado. No entanto, ainda não se chegou ao fim do convênio, pois os técnicos que irão gerir o laboratório permanecem em treinamento. Acredita-se que até o término do primeiro semestre o laboratório entre definitivamente em funcionamento e o convênio possa chegar ao seu término.

Com relação ao Registro de Emissões e Transferência de Poluentes tivemos avanços importantes, pois dos 6 produtos previstos no termo de referência, 5 foram entregues, restando apenas um. Estes produtos foram: Produto 1: Documento com proposta dos

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

poluentes prioritários a serem abrangidos inicialmente pelo RETP, incluindo as definições das tipologias de dados e informações, de emissões e elementos correlatos, dos critérios para seleção de poluentes prioritários e definições dos limites e condições para os relatórios; Produto 2: Documento com o estudo de correlação entre as tipologias das atividades/fontes geradoras e os poluentes selecionados no CP1; Produto 3: Documento contendo os fatores de medição, estimação e interpretação de emissões, incluindo as diretrizes/critérios para o fornecimento de dados pelos declarantes, a correspondente declaração de emissões e transferências para fontes previstas para o sistema e a definição dos elementos fundamentais para conformidade das iniciativas dos declarantes a instrumentos mandatários existentes; Produto 4: Documento com a proposta dos dados e informações a serem exigidos por categoria de fonte geradora, incluindo os critérios para elaboração de documento com proposta de padrões, limites e métodos de estimativa dos fatores de emissão e transferência; Produto 5: Documento com a proposta de diretrizes e procedimentos operacionais a serem adotados visando o fornecimento de dados e informações pelas fontes geradoras, a aferição desses dados pelos órgãos ambientais (frente aos dados do licenciamento), a divulgação de dados e informações ao público interessado, incluindo mecanismos para integração de informações do RETP a sistemas já operantes, especialmente, os automatizados.

4.1.4.3.5. AÇÃO – 2B85 – Fomento a Projetos para Melhoria da Qualidade Ambiental

4.1.4.3.5.1 – Dados Gerais

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Fomentar o desenvolvimento e a execução de projetos que visem a melhoria da qualidade ambiental principalmente àqueles que permitam a redução da geração e liberação de contaminantes ambientais e a sua gestão sustentável
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ / Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria.
Unidades Executoras	440031- Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Qualidade Ambiental / Gerência de Segurança Química
Coordenador Nacional da Ação	Sérgia de Souza Oliveira
Responsável pela Execução da Ação no	Não se aplica

nível Local(quando for o caso)	
---------------------------------------	--

4.1.4.3.5.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

4.1.4.3.5.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Projetos Apoiados	2	1

4.1.4.3.5.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
12.326.417	11.727.788	598.629	598.629	598.629

4.1.4.3.5.2.3 Resultados

1- Projeto Piloto para "Minimização dos Impactos Gerados por Resíduos Perigosos"

O Convênio “Minimização dos Impactos Gerados por Resíduos Perigosos”, celebrado entre o MMA e o Centro Nacional de Tecnologias Limpas (CNTL), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, do Departamento Regional do Estado do Rio Grande do Sul (SENAI/RS), em parceria com os governos do Rio Grande do Sul (RS), Minas Gerais (MG) e Pernambuco (PE), e o Centro Coordenador Regional para a América Latina e o Caribe de Capacitação e Transferência de Tecnologia da Convenção de Basiléia foi concluído em 30/04/2008.

2- Programa Nacional para o Gerenciamento Integrado de Áreas Contaminadas

O projeto tem por finalidade a promoção de um gerenciamento integrado saudável de substâncias químicas, em particular aquelas que podem degradar o solo pela contaminação química. O projeto visa também a remoção de barreiras financeiras e regulatórias que atualmente dificultam a implementação de uma política de remediação de áreas, o desenvolvimento a longo-prazo de mecanismo financeiro e estratégia sustentável para o gerenciamento de áreas contaminadas com substâncias químicas tóxicas, entre as quais, as contaminadas pelos Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), de especial preocupação para o Governo.

A primeira parte do Projeto consistiu de três componentes. O primeiro componente envolveu o desenvolvimento e implementação de reformas regulatórias necessárias para o estabelecimento e sustentabilidade financeira do Fundo Ambiental Brasileiro. O segundo componente consistiu no desenvolvimento de um Inventário Nacional de Áreas Contaminadas e uma Lista Nacional de Prioridades que ordene as áreas contaminadas de acordo com seu nível de risco para o meio ambiente e para a saúde humana. O componente final envolveu a seleção de uma área para futura implementação de um projeto piloto, que será usado para avaliar a viabilidade das

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

ferramentas propostas para financiar o gerenciamento de áreas contaminadas. A segunda parte do Projeto que envolve a implementação dos estudos e produtos conseguidos na fase anterior, encontra-se ainda dependente de trâmites para financiamento junto aos organismos internacionais.

4.1.4.3.5.2.3.1 Avaliação dos Resultados

Os resultados em se tratando do projeto de minimização dos impactos gerados por resíduos perigosos foram positivos, pois se deu seqüência, durante o ano de 2008, na difusão, do projeto para outros sete estados e deseja-se uma expansão do projeto para 2009 no qual haveria a inclusão de novos resíduos.

Foram realizados projetos de capacitação no tema de minimização de impacto gerado pelos três resíduos perigosos analisados na sistemática do convênio. Esses projetos foram implementados em decorrência de uma cooperação técnica com a Agência Alemã GTZ e a celebração do convênio com o Centro Nacional de Tecnologias Limpas CNTL bem como do fortalecimento de parcerias com Ministério da Indústria e Comércio MDIC e PNUMA.

O Programa Nacional para o Gerenciamento Integrado de Áreas Contaminadas teve toda a sua primeira parte praticamente concluída sendo que os três componentes - desenvolvimento e implementação de reformas regulatórias referentes ao estabelecimento e sustentabilidade financeira do Fundo Ambiental Brasileiro; desenvolvimento de um Inventário Nacional de Áreas Contaminadas e uma Lista Nacional de Prioridades para as áreas contaminadas e, por fim, a seleção de uma área para futura implementação de um projeto piloto – foram entregues e subsidiarão a segunda parte do Projeto. Esta segunda parte visará alcançar os seguintes objetivos: 1) permitir ao Governo o estabelecimento de um Fundo Ambiental; 2) iniciar projeto piloto de demonstração e gerenciamento de áreas contaminadas com POPs no país; e 3) testar a viabilidade do financiamento e envolvimento do setor privado no mecanismo desenvolvido para sustentabilidade financeira do Fundo.

4.1.4.3.6. AÇÃO – 2B87 – Capacitação para Qualidade Ambiental

4.1.4.3.6.1 – Dados Gerais

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Capacitar técnicos dos órgãos gestores de meio ambiente, de outros órgãos de Governo, do setor produtivo, de organizações não governamentais e de agências financiadoras em temas relacionados à qualidade ambiental.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental - SMCQ
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

	e Qualidade Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
Coordenador Nacional da Ação	Rudolf de Noronha
Responsável pela Execução da Ação no nível Local(quando for o caso)	Não se aplica.

4.1.4.3.6.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

4.1.4.4.6.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Técnicos Ambientais capacitados	300	2.013

4.1.4.4.6.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
504.000	179.244	324.756	324.756	324.756

4.1.4.3.6.2. 3. Resultados

1 – Curso: “Ações e responsabilidades para a gestão e disposição apropriadas das PCBs”

Objetivo: reunir participantes dos órgãos ambientais estaduais, empresas privadas e empresas públicas, visando a elaboração de ações e responsabilidades para a gestão e disposição apropriadas das PCBs (Ascaréis), utilizadas como óleo isolante em equipamentos elétricos, de uma forma sustentável, a fim de alcançar o cumprimento da Convenção de Estocolmo, sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes. Carga horária: 2 encontros de 8 horas, com a presença de 105 participantes. (setembro, 45 / outubro, 58)

2 – Curso: “Apoio à Formação das Comissões Estaduais do P2R2”

Objetivo: reunir representantes dos órgãos ambientais, de saúde, defesa civil e corpo de bombeiros estaduais, além de setores da iniciativa privada e organizações sociais para capacitação na formação das Comissões Estaduais do P2R2 - CE-P2R2, essenciais para o sucesso o Plano P2R2. Nestas reuniões também foram realizadas visitas para articulação entre os setores técnicos e os gestores (especialmente Secretários e presidentes dos órgãos estaduais executivos de Meio Ambiente), de forma a sensibilizá-los para a necessidade de criação das CE-P2R2. Estas capacitações foram realizadas nos estados do Acre – 19 e 20 de fevereiro; Bahia – 25 e 26 de fevereiro; Ceará – 27 e 28 de fevereiro; Alagoas – 12 a 16 de

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

maio; Rio de Janeiro – 20 e 21 de maio; Distrito Federal – 26 e 27 de novembro; Mato Grosso do Sul – 8 a 10 de abril; Rio de Janeiro – 20 e 21 de maio; Tocantins – 29 de setembro e 1 de outubro; Pará – 25 e 26 de setembro; São Paulo – 22 e 23 de setembro; e Mato Grosso – 9 e 10 de dezembro, com média de 35 participantes cada.

3 – Curso: "Mapeamento de Áreas de Risco - Conceitos e Perspectivas"

Objetivo: Subsidiar os trabalhos do P2R2 na elaboração do detalhamento da Metodologia de Mapeamento de Áreas de Risco e desenvolvimento de Sistema de Informações Georeferenciadas do P2R2. Carga horária: 8 horas, com a presença de 50 participantes. (19/06/2008)

4 – Curso: “Prevenção e Preparação para Emergências com Produtos Químicos – PEQUIM”.

Objetivo: Curso de nível gerencial para formação de gestores na prevenção e preparação de emergências com produtos químicos. Foi realizado em Brasília, de 9 a 13 de junho, com a participação de representantes de órgãos ambientais e das Superintendências do IBAMA dos estados de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Tocantins e Distrito Federal; além de representantes da defesa civil, corpo de bombeiros, universidades, forças armadas e Polícia Rodoviária Federal. Carga horária: 40 horas, com a presença de 35 servidores capacitados.

5 – Curso: "Planejamento de Emergências e Mapeamento de Riscos"

Objetivo: Subsidiar os trabalhos do P2R2 no planejamento de emergências e na elaboração do detalhamento da Metodologia de Mapeamento de Áreas de Risco e desenvolvimento de Sistema de Informações Georeferenciadas do P2R2. Carga horária: 8 horas, com a presença de 50 participantes. (02/08/2008)

6 – Minicursos do Projeto 1 do “Programa de Tecnologia Limpa para Minimização dos Resíduos Perigosos”

Objetivos: Capacitar recursos humanos diretamente envolvidos com os resíduos perigosos, a fim de se obter um resultado mais efetivo nas ações de prevenção que possam ser empregadas para a não geração e minimização do resíduo, inclusive reciclagem, tratamento e disposição final, identificando as opções locais disponíveis para o gerenciamento ambientalmente adequado, contemplando os aspectos econômicos e de Produção Mais Limpa;

Atender os objetivos enunciados na Convenção de Basiléia para uma gestão ambientalmente saudável de resíduos perigosos e outros resíduos sujeitos à Convenção;

Reproduzir o Programa Piloto desenvolvido no âmbito da implementação das ações do Plano Estratégico da Convenção de Basiléia;

Ações:

Sete cursos sobre **Gestão de Fluidos de Usinagem** foram realizados em 2008. Os Estados que receberam as capacitações promovidas pelo MMA foram: Paraná, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul, Bahia, Piauí e Goiás. Foram capacitadas **359** pessoas dentre as quais se encontraram representantes do setor produtivo (técnicos e coordenadores) e dos

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

órgãos ambientais locais, além de consultores e estudantes ligados à área. Carga horária: 4 horas por Estado.

Sete cursos sobre **Gestão de Óleo Lubrificante Automotivo Usado**. Os Estados que receberam as capacitações promovidas pelo MMA foram: Paraná, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul, Bahia, Piauí e Goiás. Foram capacitadas **409** pessoas dentre as quais se encontraram representantes do setor produtivo (técnicos e coordenadores) e dos órgãos ambientais locais, além de consultores e estudantes ligados à área. Carga horária: 4 horas por Estado.

Sete cursos sobre **Gestão de Resíduos em Tratamento de Superfície – Etapa Decalagem Ácida**. Os Estados que receberam as capacitações promovidas pelo MMA foram: Paraná, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul, Bahia, Piauí e Goiás. Foram capacitadas **345** pessoas dentre as quais se encontraram representantes do setor produtivo (técnicos e coordenadores) e dos órgãos ambientais locais, além de consultores e estudantes ligados à área. Carga horária: 4 horas por Estado.

O expressivo número de pessoas treinadas por meio desses minicursos se deve à mudança na forma de realização do evento. Tradicionalmente, o MMA contrata consultores e paga as passagens e diárias para as pessoas que serão capacitadas. Além disso, algumas vezes há necessidade de aluguel de auditório, equipamento multimídia, etc. No caso desses minicursos, as Federações das Indústrias e os órgãos ambientais locais auxiliam na realização em cada Estado. Elas cedem o auditório e o equipamento multimídia. Além disso, auxiliam na divulgação do evento e nas inscrições. O MMA fornece os consultores que ministram as palestras e o material didático. Não há necessidade de pagamento de diárias e passagens para os ouvintes, pois o público é local. Essa forma de organização se provou adequada aos objetivos e o público-alvo desse programa, entretanto, tal fato não significa que ela possa ser aplicada a todos os tipos de capacitação.

7 – Oficinas de Capacitação na Resolução CONAMA 362/2005.

Objetivos: Capacitar servidores de órgãos ambientais municipais e estaduais na Resolução CONAMA 362/2005 – Recolhimento, Coleta e Destinação Final de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado – OLUC.

Foram realizadas oficinas em quatro Estados: Goiás (Abril, 44 pessoas); Rio Grande do Norte (Julho, 31 pessoas); Santa Catarina (Setembro, 77 pessoas); e São Paulo (Dezembro, 87 pessoas).

Foram capacitadas 239 pessoas, dentre as quais se encontraram técnicos de órgãos ambientais federais, estaduais (OEMAS) e municipais (ANAMA); representantes dos sindicatos nacionais da indústria do rerrefino (Sindirrefino) e de empresas distribuidoras de combustíveis e lubrificantes (Sindicom); e funcionários de ONGs ambientalistas.

8 – Reunião de Definição da Lista de Substâncias do Registro de Emissão e Transferência de Poluentes – RETP.

Objetivos: Definir, junto com partes interessadas (ANVISA/MS, FUNDACENTRO/MTE, MAPA, MCT, MDIC, MCidades, FIOCRUZ, FEAM, FEEMA, CETESB, IBAMA, ACPO, FBOMS, CNI, ABIQUIM, SBTox, USP, Unb, DEMC/SMCQ,

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

DLAA/SMCQ e DAU/SRHU), as substâncias de importância nacional que deverão contemplar o RETP.

A 1ª reunião do projeto “Registro de Emissão e Transferência de Poluentes (RETP)” ocorreu no dia 19 de novembro de 2008, na sede do MMA na SEP 505, Lote 2, Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz, Asa Norte, Brasília/DF e contou com a presença de 36 pessoas representantes dos órgãos/entidades interessadas.

4.1.4.3.6.2. 3.1. Avaliação dos Resultados

As capacitações, no âmbito do P2R2, são extremamente necessárias por se tratar de um tema ainda insipiente de atuação e não dominado pelos técnicos estaduais e federais. Desta forma, há uma grande carência de capacitação neste tema, e os resultados para as atividades diárias dos técnicos é excelente, demandando cada vez mais a formulação de cursos por parte deste MMA.

Observando-se os resultados dos Minicursos do Projeto 1 do “Programa de Tecnologia Limpa para Minimização dos Resíduos Perigosos” percebe-se que foram capacitadas 1113 pessoas. Esse número supera em muito o valor previsto para essa ação no PPA. Esse sucesso decorre de parcerias com bastante êxito realizadas pelo MMA com os órgãos Ambientais Estaduais e Municipais, a Federação das indústrias e alguns sindicatos locais. Esses atores conferiram maior capilaridade ao projeto por meio de divulgação dos cursos junto aos seus funcionários e associados. Pesquisas realizadas nos eventos demonstraram que aproximadamente 81% dos participantes consideraram o conteúdo dos minicursos importantes para o trabalho que realizam. Além disso, 55% do público que respondeu à ficha de avaliação afirmou que recebe pouco ou nenhum treinamento. Esses dados confirmam a importância dessa capacitação.

As Oficinas da Resolução CONAMA 362/2005 foram importantes na harmonização dos entendimentos dos responsáveis pela fiscalização e licenciamento de empreendimentos de coleta, transporte, armazenagem e rerrefino de óleos lubrificantes a respeito da norma em questão.

A Reunião de Definição da Lista de Substâncias do Registro de Emissão e Transferência de Poluentes permitiu melhor entendimento das partes interessadas a respeito do funcionamento do RETP, da lista-mãe das substâncias cujas emissões serão monitoradas, e dos critérios para inclusão das mesmas na relação. Além disso, os presentes apresentaram importantes sugestões ao projeto e pedidos de inclusão de novas substâncias que deverão ser analisados.

4.1.4.3.7. AÇÃO – 2B88 – Preservação e Recuperação de Danos Ambientais Causados pela Indústria do Petróleo

4.1.4.3.7.1 – Dados Gerais

Tipo	Ação Orçamentária
-------------	-------------------

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

Finalidade	Desenvolver, disponibilizar e aplicar alternativas tecnológicas que possibilitem a preservação, a recuperação e o monitoramento de áreas degradadas por incidentes de derramamentos de óleo causados pela indústria de petróleo.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental / Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	– Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria – Gerência de Qualidade Costeira e Marinha
Coordenador Nacional da Ação	Rudof de Noronha
Responsável pela Execução da Ação no nível Local (quando for o caso)	Não se aplica.

4.1.4.3.7.2 Metas e Resultados da Ação no Exercício

4.1.4.3.7.2.1 Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Plano Elaborado	3	1

4.1.4.3.7.2.2 Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
906.000	512.736	393.264	393.264	393.264

4.1.4.3.7.2.3. Resultados

- Aprovação, em abril, da revisão do conteúdo mínimo dos Planos de Emergência Individual (PEI) para os incidentes de poluição por óleo nas águas jurisdicionais brasileiras, o que resultou na Resolução CONAMA 389/08, em substituição à 293/01.
- Contratação de consultor para a elaboração de um diagnóstico (estado da arte) das experiências nacionais e internacionais de implementação dos Planos de Área e outros arranjos afins, com o objetivo de integrar ações e recursos para o atendimento a emergências ambientais envolvendo derramamento de óleo. O consultor também deverá dar suporte ao planejamento, mediação e consolidação dos resultados dos dois seminários para implementação dos planos de área, previstos para o primeiro semestre de 2009.
- Preparação de uma proposta e discussão com demais setores da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, visando compatibilizar as áreas de atuação do Plano Nacional de Contingência (PNC) com o Plano de Preparação Prevenção e Resposta Rápida (P2R2).

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

– Realização de reuniões com o IBAMA e com o Comando da Marinha, para apresentação de proposta de Decreto aprovando o PNC, para definição da área de atuação de cada uma das instituições.

4.1.4.3.7.2.3.1 Avaliação dos Resultados

– O mais significativo avanço foi a aprovação da resolução CONAMA 389/08, versando sobre o conteúdo mínimo dos Planos de Emergência Individuais.

– No segundo semestre de 2008, foram iniciadas as discussões para a elaboração da estratégia de implementação dos Planos de Área, a partir dos subsídios técnicos que estão sendo elaborados pelo consultor contratado. Estão previstos dois seminários regionais (Bacia de Santos) para levar essas proposições para os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMA's), mais especificamente para as Coordenações Estaduais de Gerenciamento Costeiro, setores petrolíferos, portuários e demais atores envolvidos na prevenção de incidentes de poluição por óleo na zona costeira e marinha da região.

– A expectativa da Gerência de Qualidade Costeira e Marinha é obter até o final de 2009, uma proposta para o Plano Nacional de Contingência a Derramamento de Óleo (PNC), elaborada com a contribuição das demais instituições componentes, em especial o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Comando da Marinha, do Ministério da Defesa.

4.1.4.3.8. AÇÃO – 2D05 – Promoção da Proteção da Atmosfera

4.1.4.3.8.1 – Dados Gerais

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Desenvolver um conjunto de indicadores para a identificação de tendências relativas a qualidade do ar, a eficácia das medidas de proteção à camada de ozônio e as emissões dos gases que promovem o efeito estufa, visando subsidiar as políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade ambiental.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental / Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
Unidades Executoras	440031- Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	– Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria / Gerência de Qualidade Costeira e

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

	do Ar
Coordenador Nacional da Ação	Rudolf de Noronha
Responsável pela Execução da Ação no nível Local(quando for o caso)	Não se aplica.

4.1.4.3.8.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

4.1.4.3.8.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Indicador desenvolvido	1	1

4.1.4.3.8.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
277.220	100.769	176.451	176.451	176.451

4.1.4.3.8.2.3 Resultados

A ampliação dos mecanismos de gestão da qualidade do ar, hoje incipientes no país, perpassa pela atualização/realinhamento dos marcos normativos de caráter nacional, sobretudo as resoluções do CONAMA que tratam do tema. Assim, em 2008, os esforços na condução e aperfeiçoamento das estratégias de melhoria de gestão, resultaram:

1. Na publicação da Resolução CONAMA 403/2008 que "Dispõe sobre a nova fase de exigência do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores-PROCONVE para veículos pesados novos (Fase P-7) e dá outras providências".
2. Na revisão da Resolução CONAMA 382/2006 que "Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas"
3. No “Estudo sobre o tratamento da qualidade do ar no ordenamento jurídico brasileiro”
4. Na “Avaliação do estado da arte sobre a gestão da qualidade do ar no Brasil”
5. No estudo de “Valoração de custos à saúde associados à poluição do ar: Resultados obtidos com a metodologia de disposição a pagar”

4.1.4.3.8.2.3.1. Avaliação dos Resultados

Pode-se considerar que no universo das políticas públicas, a temática da gestão da qualidade do ar esteve limitada a fontes móveis, representadas por Programas como o

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

PROCONVE. No que trata de ações planejadas de médio e longo prazo, estudos de base estruturantes e fortalecimento institucional, que permitam aos Estados reorganizarem-se em torno desse tema, pouco foi feito no últimos anos. Ainda assim, algumas análises sobre as atividades desenvolvidas em 2008 podem ser feitas:

1. A referida Resolução 403 trará importantes ganhos para a qualidade do ar, especialmente por suprir a lacuna pelo adiamento do cumprimento pleno da resolução Conama 315/2002, que previa reduções drásticas dos teores de S no óleo diesel fornecido para a frota de veículos pesados (de 500 para 50ppm). Com a nova Resolução, embora adiada a distribuição plena, em 2012 o óleo diesel passará a ser produzido com 10 ppm S.
2. A revisão da resolução Conama 382/2006, também permitirá ampliar o espectro de ampliação dos instrumentos de gestão da qualidade do ar, uma vez que incorpora limites para novas fontes que são consideradas no marco regulatório em vigor.
3. Os três estudos subsequentes vêm preencher uma lacuna para a estruturação de políticas continuadas de gestão de qualidade do ar, e seu conjunto mostra um quadro de urgência na reestruturação de ações sistemáticas, que permita resgatar estratégias gerenciais, especialmente em um cenário de mudanças do clima, e seus efeitos sobre o ambiente e as populações.

4.1.4.3.9. AÇÃO – 6635 – Delimitação das Áreas Marinhas Ecologicamente Sensíveis

4.1.4.3.9.1 – Dados Gerais

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Promover o mapeamento de sensibilidade ambiental e de risco, para utilização no planejamento de contingência, e no caso de eventuais acidentes com poluição de óleo, para avaliação geral de danos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	– Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria – Gerência de Qualidade Costeira e Marinha
Coordenador Nacional da Ação	Rudolf de Noronha
Responsável pela Execução da Ação no nível Local (quando for o caso)	Não se aplica

4.1.4.3.9.2 Metas e Resultados da Ação no Exercício

4.1.4.3.9.2.1 Meta Física

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Carta Produzida	8	6

4.1.4.3.9.2.2 Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
446.540	90.002	356.538	356.538	356.538

4.1.4.3.9.2.3 Resultados

Publicação do Atlas de Sensibilidade Ambiental da Bacia Sedimentar Marítima de Santos, concluído em 2007. O Atlas é composto por 33 cartas, sendo 1 na escala de 1:750.000 (estratégica), 10 na escala de 1:150.000 (tática) e 22 na escala de 1:50.000 (operacional).

Conclusão do mapeamento de sensibilidade ambiental ao óleo das Bacias Marítimas de Sergipe-Alagoas / Pernambuco-Paraíba, com a apresentação de 1 (uma) carta estratégica, 7 (sete) cartas táticas e 17 (dezessete) cartas operacionais. O trabalho vem sendo executado por intermédio do convênio 440031200500005, celebrado junto à Universidade Federal da Bahia e a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão. Está previsto o lançamento do Atlas e das cartas ainda no primeiro semestre de 2009.

Continuidade do mapeamento de sensibilidade ambiental ao óleo das bacias do sul da Bahia (Jacuípe, Camamu-Almada, Jequitinhonha, Cumuruxatiba, Mucuri), com a apresentação preliminar de 6 (seis) cartas, no nível tático. O trabalho vem sendo executado por intermédio do convênio 440031200500005, celebrado junto à Universidade Federal da Bahia e a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão.

4.1.4.3.9.2.3.1 Avaliação dos Resultados

– O Atlas de Sensibilidade Ambiental a Derramamentos de Óleo da Bacia Marítima de Santos foi lançado em agosto/2008, no Rio de Janeiro/RJ. O evento foi presidido pelo Ministro do Meio Ambiente, e contou com a participação de representantes do setor de produção e exploração de petróleo e gás. O Atlas traz informações sobre a sensibilidade ao óleo da linha de costa e demais atributos tais como a ocorrência de espécies ameaçadas e de ativos ambientais, a localização de vias de acesso (estradas, atracadouros, heliportos), com vistas a estabelecer a estratégia de combate e mitigação, bem como as prioridades de proteção no caso de acidentes com derrames de óleo. Além disso, as Cartas SAO fornecem subsídios ao planejamento ambiental para o desenvolvimento da produção de óleo e gás *offshore*.

4.1.4.3.10. AÇÃO – 8911 – Elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas

4.1.4.3.10.1 – Dados Gerais

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

Tipo	Atividade (orçamentária)
Finalidade	Desenvolver e implementar ações ambientais para enfrentar as mudanças climáticas, com foco na mitigação e adaptação.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Unidades Executoras	– Departamento de Mudanças Climáticas – Coordenação de Mudança do Clima e Sustentabilidade
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	– Departamento de Mudanças Climáticas – Coordenação de Mudança do Clima e Sustentabilidade
Coordenador Nacional da Ação	Sérgia de Souza Oliveira
Responsável pela Execução da Ação no nível Local(quando for o caso)	Não se aplica

4.1.4.3.10.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

4.1.4.3.10.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Plano elaborado	7%	6,9%

Desenvolvimento e implementação de um plano nacional sobre mudança do clima a partir da consolidação de diretrizes que estimulem a redução de emissões e incremento de absorção de gases de efeito estufa, a identificação de impactos e vulnerabilidade e a definição de medidas que possibilitem a adaptação aos efeitos da mudança do clima. Desenvolvimento e consolidação das informações relativas às iniciativas que contribuem para a redução de emissões e absorção de gases de efeito estufa; integração de informações e estudos sobre vulnerabilidade e adaptação; identificação das lacunas de informação; proposição de novas formas coordenadas de atuação, inclusive modelo institucional de articulação; promoção de avaliações regionais e setoriais para definição de prioridades, entre outras iniciativas; identificação e promoção de iniciativas de interação entre a Convenção sobre Mudança do Clima e o Protocolo de Montreal (proteção da camada de ozônio); realização de estudos relacionados à vulnerabilidade e impactos na zona costeira e marinha frente à elevação do nível do mar.

4.1.4.3.10.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
-------------------------	----------------	----------------------	-----------	-----------

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008				
2.009.854	14.516	1.995.338	1.995.338	1.995.338

4.1.4.3.10.2.3. Resultados

A nova estrutura da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ permitiu ao MMA assumir a liderança do processo de construção da Política e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima que tem sua origem no Decreto nº 6.263/2007. Esse decreto instituiu o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM e estabeleceu a estratégia para a elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.

O CIM é coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e tem na sua composição quinze ministérios, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - FBMC. No âmbito do CIM, estabeleceu-se o Grupo Executivo sobre Mudança do Clima - GEx, que é coordenado pelo MMA, e composto pela Casa Civil, pelo FBMC e pelos Ministérios: Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ciência e Tecnologia; Relações Exteriores, Minas e Energia; Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.

Em janeiro de 2008, foi realizada a instalação do Gex, sendo elaboradas as primeiras versões da **Proposta da Política Nacional sobre Mudança do Clima**. Após entendimento do GEx, a minuta da Política foi enviada ao Congresso Nacional, tornando-se o **Projeto de Lei nº. 3.535/08**.

Em seguida, iniciou-se a discussão sobre o estabelecimento da estratégia de elaboração do PNMC e teve início a organização das informações disponíveis para que se procedesse a elaboração do texto propriamente dito. Em setembro de 2008, a versão do PNMC para a Consulta Pública foi finalizada. A referida consulta foi encerrada em novembro de 2008.

Por fim, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima foi lançado em 01/12/2008, dando continuidade ao processo iniciado com a publicação do Decreto nº. 6.263/2007. Nessa primeira fase, buscou-se organizar as ações em curso, reforçar medidas existentes e identificar novas oportunidades, estruturando-se em quatro eixos: i) mitigação ii) vulnerabilidade, impacto e adaptação; iii) pesquisa e desenvolvimento; e iv) capacitação e divulgação. Para garantir as ações, estão previstos instrumentos de ordem econômica, institucional e legal.

Como instrumento fundamental da Política e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, o MMA propôs ainda o Projeto de Lei nº 3.820/2008 para a criação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC, a ser destinado ao financiamento de empreendimentos e apoio a projetos e/ou estudos que visem à mitigação e à adaptação à Mudança do Clima. Para tanto, propõe-se alterações na destinação dos recursos de que trata o inciso II do §2º do art. 50 da Lei nº 9.478 de 06 de agosto de 1997.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

Cabe destacar um exemplo de atividade a ser desenvolvida pelo MMA que auxiliará na implementação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima: foi elaborado um Termo de Referência com a finalidade de desenvolver um Programa de Capacitação para que 267 Municípios possam adquirir capacidade de contabilizar suas emissões de gases de efeito estufa, bem como de implementar ações de mitigação dessas emissões. Esse TR está em tramitação interna e espera-se que os resultados sejam obtidos em 2009.

4.1.4.3.10.2.3.1. Avaliação dos Resultados

É relevante notar que a finalidade da ação é desenvolver e implementar ações ambientais para enfrentar as mudanças climáticas. Nesse sentido, entre outros elementos, a descrição da ação prevê o desenvolvimento e a implementação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima a partir da consolidação de diretrizes que estimulem a redução de emissões e o incremento da absorção de gases de efeito estufa, a identificação de impactos e vulnerabilidades e a definição de medidas que possibilitem a adaptação aos efeitos da mudança do clima.

O desenvolvimento do PNMC vem acontecendo e a sua implementação dependerá do alcance dos objetivos propostos no documento que foi lançado em dezembro de 2008. Nesse documento, buscou-se organizar as ações em cursos e reforçar medidas existentes, bem como identificar e criar oportunidade.

Para que a meta da ação associada ao ano de 2008 fosse integralmente cumprida, deveria ter sido apresentada a estratégia de elaboração dos mecanismos que permitirão a avaliação de desempenho do Plano. Essa iniciativa deverá ser incorporada às próximas fases.

Portanto, para a avaliação do alcance das metas físicas, considerou-se que a elaboração do documento do Plano representou 50% da meta de 2008. Os outros 50% estariam associados à estratégia de elaboração dos mecanismos de avaliação do Plano, que não foi realizada.

Do ponto de vista político, a ação permitiu alcançar resultados relevantes, pois foram elaborados três instrumentos normativos (PL 3.535/08, PL 3.820/08 e Plano Nacional sobre Mudança do Clima) que refletem os compromissos assumidos pelo Brasil no contexto da Convenção sobre Mudança do Clima, particularmente aqueles associados ao Artigo 1.1b, que estabelece:

“Todas as Partes, levando em conta suas responsabilidades comuns mas diferenciadas e suas prioridades de desenvolvimento, objetivos e circunstâncias específicos, nacionais e regionais, devem formular, implementar, publicar e atualizar regularmente programas nacionais e, conforme o caso, regionais, que incluam medidas para mitigar a mudança do clima, enfrentando as emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de todos os gases de efeito estufa

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

não controlados pelo Protocolo de Montreal, bem como medidas para permitir adaptação adequada à mudança do clima.”

Todo o arcabouço estratégico dos documentos em referência procuram dar prosseguimento à implementação dos demais compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do art. 4.1 da Convenção.

Apesar do bom desempenho alcançado no desenvolvimento do arcabouço legal mencionado, bem como na elaboração do texto do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, a meta física não foi alcançada de maneira integral. Não foi possível apresentar a estratégia de elaboração dos mecanismos que permitirão a avaliação de desempenho do

Plano. Essa iniciativa deverá ser incorporada às próximas fases que estarão associadas à implementação do Plano.

A construção do texto do Plano exigiu uma estratégia de articulação muito forte com os órgãos de governo envolvidos e a sociedade como um todo, materializada em diversas reuniões e consulta pública. Como resultado, os esforços estiveram concentrados na formulação do Plano, e a estratégia de elaboração dos mecanismos que permitirão a avaliação de desempenho restou prejudicada, não tendo sido possível apresentá-la em 2008.

4.1.4.3.11. AÇÃO – 10TT – Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina

4.1.4.3.11.1 – Dados Gerais

Tipo	Atividade (orçamentária)
Finalidade	Subsidiar a defesa da União nos autos da Execução Provisória Nº 2000.72.04.002543-9(Ação Civil Pública) em que a União é ré solidária com Empresas de Mineração de carvão da região sul-catarinense. Em 05 de janeiro de 2000 uma Sentença Judicial, revisada em 18 de abril de 2006, baseada na Ação Civil Pública, referente ao Processo Nº 93.80000533-4, deferiu tutela antecipada e impôs à União e às Empresas Carboníferas a obrigação de fazer e executar o projeto de recuperação ambiental da região de Santa Catarina, para os passivos arrolados na Ação Civil Pública, que compreendem o período entre os anos de 1972 a 1989.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Unidades Executoras	– Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria – Gerência de Segurança Química
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria – Gerência de Segurança Química
Coordenador Nacional da Ação	Rudolf de Noronha
Responsável pela Execução da Ação no nível Local(quando for o caso)	Não se aplica

4.1.4.3.11.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

4.1.4.3.11.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Plano Implantado	11%	11%

4.1.4.3.11.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
185.000		185.000	185.000	185.000

4.1.4.3.11.2.3. Resultados

Início do monitoramento dos indicadores ambientais de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, biota e cobertura do solo da recuperação dos passivos ambientais da bacia carbonífera de Santa Catarina, conforme Plano de Trabalho estabelecido entre a SMCQ/MMA e a CPRM e constante no Processo N° 02000.002505/2008.

A finalidade de tal ação é subsidiar a defesa da União nos autos da Execução Provisória N° 2000.72.04.002543-9 (Ação Civil Pública), em que a União é ré solidária com as empresas de mineração de carvão da região sul-catarinense. Em 05 de janeiro de 2000 uma Sentença Judicial, revisada em abril de 2006 e ratificada pelo Supremo Tribunal de Justiça em maio de 2008, baseada na Ação Civil Pública, referente ao Processo N°. 93.8000533-4, deferiu tutela antecipada e impôs à União e às empresas carboníferas a obrigação de fazer e executar o projeto de recuperação dos passivos ambientais arrolados e que compreendem o período entre os anos de 1972 a 1989.

4.1.4.3.11.2.3.1. Avaliação dos Resultados

A descentralização de crédito e o repasse financeiro (Portaria N°. 005 da SMCQ/MMA - DOU de 10/11/2008) referidos, compõem a 1ª etapa da promoção de forma progressiva (2008 a 2014) da participação do Ministério do Meio Ambiente no monitoramento da “Proposta de Indicadores Ambientais para Recursos Hídricos Superficiais, Recursos Hídricos Subterrâneos, Biota, Cobertura do Solo e Plano de Monitoramento destes Indicadores, incluindo Regras de Administração, Publicidade, Acesso e Auditoria no Banco de Dados dos Indicadores”, que obteve adesão da União e das empresas rés e que foi homologada pela Justiça Federal em Criciúma em 29 de março de 2006.

A mesma é composta das seguintes especificações que serão apresentadas à SMCQ/MMA pela CPRM, através de relatório de execução físico-financeira e prestação de contas, dentro do período de execução do cronograma de desembolso que está estabelecido de novembro de 2008 a março de 2009:

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.3 - PROGRAMA: 1346 – QUALIDADE AMBIENTAL

5.3.1 - Objetivo Setorial

Promover o fortalecimento, a qualificação e a aplicação dos instrumentos de gestão e planejamento ambiental voltados à prevenção, à qualificação dos programas e projetos setoriais, em relação ao meio ambiente, e ao controle de empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras e degradadoras do meio ambiente.

5.3.2 - Execução do Programa:

O Programa é composto por ações da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental - SMCQ/MMA, IBAMA e Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA. As ações do IBAMA e do FNMA estarão no Relatório de Prestação de Contas daquelas unidades.

A SMCQ/MMA vem desenvolvendo suas atividades de forma a alcançar a melhoria da qualidade do meio ambiente, por meio do monitoramento e o controle ambiental.

Com relação à aplicação dos instrumentos de gestão e o desenvolvimento de novos instrumentos (Avaliação Ambiental Estratégica e Avaliação Ambiental Integrada de Bacia), pode-se dizer que a implementação das atividades está possibilitando o melhoramento contínuo do processo de licenciamento ambiental nos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAs e IBAMA, por conseguinte da gestão ambiental, assegurando

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

condições para o desenvolvimento econômico e social em bases ambientalmente sustentáveis.

Tem-se investido na capacitação dos órgãos ambientais para auxiliá-los na gestão ambiental das atividades produtivas, aprimorando a capacidade de resposta desses órgãos relativamente à prevenção e ao atendimento a incidentes/emergências decorrentes de substâncias perigosas, resíduos industriais e derramamento de óleo.

Com relação à atuação do Ministério para proteção da camada de ozônio e do sistema climático global, o objetivo tem sido desenvolver novos projetos que gerem ganhos ambientais por meio de eficiência energética, da redução de emissão de gases que promovem a destruição da camada de ozônio, e da redução dos gases que geram o efeito estufa.

Por fim, pode-se afirmar que a execução do Programa promove a inserção da dimensão ambiental nas políticas públicas dos diversos setores produtivos mediante a articulação institucional, o planejamento conjunto de ações pertinentes aos temas, o fortalecimento de entidades e a modernização e processos de gestão ambiental.

5.3.3 – Indicadores ou Parâmetros de Gestão

Indicador 1: Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (CFCs).

Indicador 2: Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (HCFCs)

5.3.4 – Descrição

Indicador 1:

Para o cálculo desse indicador são considerados os CFCs – Clorofluorcarbonos dentre todas as SDOs – Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, considerando que o Brasil assumiu o compromisso, junto ao Protocolo de Montreal, de eliminar o consumo dos CFCs até 2010. Esse dado é obtido por meio do Cadastro Técnico Federal do IBAMA e diz respeito às substâncias do Grupo I do Anexo A do Protocolo de Montreal (CFC 11, 12, 113, 114 e 115)

Indicador 2:

Para o cálculo desse indicador levou-se em consideração todos os HCFCs (HCFC 22, HCFC 141b, HCFC 142b, HCFC 123, HCFC 124, HCFC 225) controlados pelo IBAMA. por serem substâncias consideradas intermediárias na substituição dos CFCs e que com a eliminação destes, tem crescido o consumo consideravelmente. Esse dado é obtido por

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

meio do Cadastro Técnico Federal do IBAMA e diz respeito às substâncias do Grupo I do Anexo C do Protocolo de Montreal.

5.3.5 – Tipo de Indicador

De Eficácia	De Eficiência	De Efetividade
		X

5.3.6 – Fórmula de Cálculo e Método de Medição

Indicador 1:

Fórmula de Cálculo: Consumo CFCs (t PDO) = ((Quantidade Produzida + Quantidade Importada) – Quantidade Exportada – Quantidade Destruída). Esse Valor é obtido em toneladas PDO ou seja Toneladas de Potencial de Destruição da Camada de Ozônio. Cada CFC possui o seu fator PDO que multiplicado pela quantidade de toneladas métricas permite a obtenção do valor do consumo do país em tonelada PDO.

Indicador 2:

Consumo HCFCs (t PDO) = Somatório da ((Quantidade Produzida + Quantidade Importada) – Quantidade Exportada – Quantidade Destruída) x PDO de cada substância. Para o cálculo desse indicador levou-se em consideração todos os HCFCs (HCFC 22, HCFC 141b, HCFC 142b, HCFC 123, HCFC 124, HCFC 225).

5.3.6 – Avaliação do Resultado

Os dados finais do Consumo de CFCs e HCFCs só são obtidos no mês de maio de cada ano, pois de acordo com a Resolução CONAMA 267/00 e a Instrução Normativa IBAMA 37/04, as empresas cadastradas no CTF têm até o dia 30 de abril de cada ano para fornecer ao IBAMA o inventário com os dados quantitativos relativos às substâncias controladas comercializadas e/ou utilizadas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior ao corrente. Portanto, os dados apresentados a seguir, divulgados em maio de 2008, são referentes ao exercício de 2007.

Durante o ano de 2007, o consumo final de CFCs foi de 318,1 toneladas PDO. Para os anos de 2008 e 2009 espera-se que o consumo de CFCs no Brasil sofra redução gradativa, alcançado a eliminação total em 2010, conforme meta assumida pelo Governo brasileiro junto ao Protocolo de Montreal.

Os HCFCs são consideradas substâncias intermediárias na substituição dos CFCs. Assim, optou-se pela introdução de indicador relacionado aos HCFCs. Atualmente o Protocolo de Montreal

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

estabelece como meta o congelamento dos HCFCs em 2013, com base no consumo médio de 2009-2010, redução de 10% do consumo em 2015; 35% em 2020; 67,5% em 2025; 97,5% em 2030 e eliminação do consumo em 2040. Essas substâncias, além do potencial de destruição da camada de ozônio, possuem potencial de aquecimento global. Para o ano de 2007, o consumo final de HCFCs foi de 1.545,2 toneladas PDO.

5.3.6.1 – Disfunção Estrutural ou Situacional / Medidas Implementadas e/ou a Implementar

As ações desenvolvidas pelo MMA com o objetivo de atender as obrigações frente ao Protocolo de Montreal foram alcançadas, sendo que para o ano de 2009, o consumo de CFC virgem se dará apenas no setor de saúde. A partir de 1º de janeiro de 2010, quaisquer importações de CFC estará proibida. Para evitar as emissões das substâncias contidas nos equipamentos em uso, diversas ações estão sendo desenvolvidas, bem como o incentivo ao uso de substâncias não agressoras a Camada de Ozônio e contribuintes ao Aquecimento Global.

Apesar do bom desempenho alcançando pela Secretaria no desenvolvimento das atividades planejadas, algumas ações ficaram prejudicadas, principalmente, devido as dificuldades decorrentes da celebração de convênios. As mudanças na legislação dificultaram, significativamente, a realização de atividades como um apoio mais efetivo ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas - FBMC que antes recebia recursos do MMA para realização de uma série de atividades de interesse mútuo; a realização de estudos, programas de capacitação, criação de ferramentas voltadas a levantamento de emissões, entre outras, realizadas com universidades, centros de excelência em mudanças climáticas, foram suspensas, o que certamente prejudicará a implementação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, tendo em vista que o conhecimento sobre o tema se concentra na academia.

O programa nacional de fomento a energia solar térmica ficou prejudicado em seu desenvolvimento devido a dificuldades de diálogo com o MME, impossibilitando a inclusão do programa no PPA 2008-2011, portanto, ressalta-se ainda que a inexistência de uma ação voltada para Energia no âmbito do PPA, dificultou a destinação de recursos para ações específicas.

Estão sendo implementadas medidas para a utilização dos recursos oriundos da participação especial na exploração do petróleo a cargo do MMA, como o encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei de criação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC como forma de financiar empreendimentos e fomentar pesquisas, estudos, geração de informações, projetos ou iniciativas voltadas à redução de emissões antrópicas por fontes e/ou remoção antrópica por sumidouros de gases de efeito estufa da atmosfera, bem como à adaptação aos efeitos associados à Mudança do Clima.

Por meio do Decreto nº 6263 de 2007, instituiu-se o Comitê

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

Interministerial sobre Mudança do Clima – CIM, e foram estabelecidas as estratégias para a elaboração da Política e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, além de outras providências relacionadas ao tema. Instituiu-se também, no âmbito do CIM, o Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (Gex), com a finalidade de elaborar, implementar, monitorar e avaliar o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, sob a orientação do mencionado Comitê. Ainda foi conferida ao Gex como competência complementar, além de outras, elaborar a proposta preliminar dos objetivos gerais, princípios e diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Essa iniciativa do Poder Executivo vem se somar aos esforços empreendidos pelo Poder Legislativo, que já apresentou projetos de lei com objetivo similar. A proposta do Governo foi enviada ao Congresso Nacional no dia 05 de junho de 2008 (PL 3535/2008), e deve ser considerada nesse contexto, respeitando-se ambos os Poderes por meio da busca de convergência entre as propostas.

Como contribuição adicional à proposta de objetivos gerais, princípios e diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o GEx também formulou, por meio de mandato emanado do CIM, instrumentos técnicos, políticos e econômicos necessários para a implementação da referida Política. Um instrumento fundamental para a viabilização tanto da Política como do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, previsto no PL 3535/2008, é o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Para a efetiva implementação da Política e Plano mencionados, torna-se necessário assegurar recursos para apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem a mitigação da mudança do clima e a adaptação aos seus efeitos. No que se refere à mudança do clima, os custos associados à inação podem ser altos. O custo da adaptação pode girar em torno de dezenas de bilhões de dólares por ano nos países em desenvolvimento. Tanto a Política como o Plano Nacional sobre Mudança do Clima disciplinarão os esforços brasileiros de contribuição para a prevenção, mitigação e adaptação à mudança do clima.

O Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) traz constatações de considerável relevância. O Painel Intergovernamental afirma que o aquecimento do sistema climático é inequívoco e houve avanços de grande magnitude na compreensão e na atribuição da Mudança do Clima ao aumento das concentrações antrópicas de gases de efeito estufa na atmosfera.

Assim sendo, são necessárias políticas públicas para enfrentar os desafios associados à mitigação e à adaptação à mudança clima a fim de que se mobilizem esforços para reduzir a possibilidade dos cenários menos otimistas apresentados nos Relatórios de Avaliação do IPCC.

Paralela à criação do FNMC, foi proposta a inclusão dos incisos XXVI, XXVII e XXVIII no art. 6º e a alteração do inciso II do parágrafo 2º do artigo 50 da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, evidenciando que os recursos destinam-se ao desenvolvimento de atividades de gestão ambiental relacionadas à cadeia produtiva do petróleo. As modificações buscam clarificar as atuais necessidades e demandas ambientais para a efetiva gestão da cadeia de produção e consumo de petróleo.

A Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, Lei do Petróleo, dispôs sobre a política energética nacional, definindo um novo modelo de exploração e produção de

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

petróleo no país e criando a Agência Nacional do Petróleo – ANP. O art. 50 da referida lei estabeleceu que haveria o pagamento de uma "participação especial", e em seu parágrafo 2º inciso II, definiu que 10% (dez por cento) destes recursos caberiam ao Ministério do Meio Ambiente, objetivando o “desenvolvimento de estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo”.

Por oportuno, ressalte-se que a indústria do petróleo compreende as etapas de exploração, desenvolvimento, produção, refino, processamento, transporte até o consumo, além dos efeitos decorrentes de seu consumo, denominados externalidades, como, por exemplo, a emissão de gases que poluem a atmosfera, além daqueles que resultam na intensificação do efeito estufa, gerando o aquecimento global. Assim, o grande desafio é fazer com que esses riscos ambientais, notadamente a poluição atmosférica e a contribuição para a mudança global do clima, fiquem dentro de níveis aceitáveis de tolerância ambiental.

A Lei 9.478/97, ao criar uma participação especial sobre a receita bruta da produção, com deduções, da indústria do petróleo e do gás, o fez com a intenção de cuidar das possíveis externalidades dessa indústria. Mas o fato é que as externalidades incluídas na abrangência original da Lei são eventualidades, já que ligadas ao possível efeito de “danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo”, conforme o Parágrafo 2º, inciso II do artigo 50 da referida Lei.

Nada mais constante e efetivo que a externalidade conseqüente da indústria do petróleo e do gás, por um lado poluindo o meio ambiente e por outro contribuindo para a intensificação do efeito estufa. Porém, essas externalidades foram deixadas de fora da abrangência da Lei em questão, daí a necessidade de ampliar a utilização dos recursos dessa fonte, por meio da criação dos incisos XXVI, XXVII e XXVIII no artigo 6º, bem como as alíneas ajustadas ao inciso II do parágrafo 2º do artigo 50 da Lei 9.478. A utilização desses recursos já foi objeto de auditoria pelo Tribunal de Contas - TCU que no Acórdão 1665/2005, determina ao Ministério do Meio Ambiente que adote providências efetivas para a criação de estrutura técnica capaz de utilizar os recursos da participação especial relativos à exploração do petróleo e gás natural no objeto precípuo determinado pela Lei 9.478/1997.

Nesse mesmo acórdão, o TCU entende que cabe um esforço conjunto de todos os órgãos envolvidos, desde o MMA, principal interessado, até os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, e da Fazenda, tratando diretamente com as principais Secretarias envolvidas no processo, que são a Secretaria de Orçamento Federal – SOF e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, para que se chegue a uma solução para a utilização desses recursos.

Entende-se que a solução passa pela modificação na Lei 9.478/97, ampliando o campo de aplicação dessa receita, uma vez que as restrições atualmente impostas, adicionada ao grande volume de arrecadação e à rigidez orçamentária,

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

impedem que estes recursos possam ser utilizados para financiar despesas diferentes daquelas para as quais foram criadas.

5.3.6.3 – Responsáveis pela Implementação das Medidas

- Rudolf de Noronha / Sêrgia de Souza Oliveira – Diretor de Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria

6. EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	162.104,43	194.285,11	233.500,00
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	216.774,74	117.470,41	152.128,17
3.SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1 Publicidade	0,00	0,00	0,00
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	0,00	0,00	0,00
3.3 Tecnologia da informação	0,00	0,00	0,00
3.4 Outras Terceirizações *	481.059,16	496.018,88	367.724,48
3.5 Suprimento de fundos	0,00	0,00	0,00
3.6 Pessoal Temporário *	3.133.634,67	2.694.992,88	2.796.707,37
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	3.993.573,00	3.502.767,28	3.550.060,02

*São despesas da Secretaria de Mudanças Climáticas executadas pela Unidade Gestora 440001 – SPOA/MMA.

7. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS – NÃO SE APLICA A UNIDADE

8. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

ANO	VALOR
2006	1.245.385,79
2007	819.288,04
2008	1.245.385,79

As inscrições em Restos a Pagar referem-se principalmente a convênios que foram celebrados no final do exercício.

9. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (recebidas e realizadas) NO EXERCÍCIO – ANEXO I

10. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA – NÃO SE APLICA A UNIDADE

11. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS – NÃO SE APLICA A UNIDADE

12. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA – NÃO SE APLICA A UNIDADE

13. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA – NÃO SE APLICA A UNIDADE

14. OPERAÇÕES DE FUNDOS – NÃO SE APLICA A UNIDADE

15. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO – NÃO SE APLICA A UNIDADE

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

16. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

<i>DOCUMENTO</i>	<i>ORIGEM</i>	<i>RECOMENDAÇÕES</i>	<i>PROVIDÊNCIAS ADOTADAS</i>
Ofício nº 6344/2008-CGU-PR	Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Controladoria-Geral Adjunta da Área de Infra-Estrutura	Solicita informações referentes a Sindicância Investigativa, instaurada pela Portaria nº 09, de 31 de março de 2005, com o fim de apurar os fatos mencionados nos depoimentos à CPI da Câmara Municipal de Torres-RS a respeito da indicação, por parte do MMS, de empresas para elaboração de projetos e da agilização para liberação de recursos para determinados convenientes, mediante a influência de terceiros.	Respondido por meio do Ofício nº144/2008/SMCQ/GAB. Foi instaurada a Tomada de Contas Especial referente ao Convênio 2001CV0000029-SQA, contra o Senhor José Batista Milanez, ex-prefeito do Município de Torres/RS, no valor de R\$ 600.000,00 pelo motivo de não apresentação de documentos complementares.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

17. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

DOCUMENTO - TCU	ORIGEM	DETERMINAÇÕES/RECOMENDAÇÕES	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA
Ofício nº 347/2008-TCU/SECEX-MG e Ofício 1975/2008-TCU/SECEX/MG	SECEX-MG	Informe sobre o desfecho das medidas anunciadas especificando se foi instaurada a tomada de contas especial, ou se a prestação de contas foi aprovada, em relação ao convênio MMA nº 2000CV0000054 (SIA FI 393534).	Foi realizada análise da prestação de contas por meio do Parecer nº86/2008-SRHU, não foi aprovada em seus aspectos técnicos. O processo encontra-se nos procedimentos de instauração de Tomada de contas Especial.	Ofício nº 070/2008-SMCQ/GAB e 336/2008-SMCQ/GAB
Ofício nº 200/2008-TCU/SECEX-RR e Ofício 453/2008-TCU/SECEX-RR	SECEX-RR	Informe ao TCU sobre a aprovação ou não da prestação de contas do convênio 2001CV000150-Prefeitura Municipal de Rorainópolis/RR.	Informa que foi Instaurada a Tomada de Contas Especial processo 02000.002840/2008-06, encaminhado a SFC em 13/11/2008.	Ofício nº 253/2008-2008-SMCQ/GAB e 399/2008 - SMCQ/GABIN

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

18. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO - NÃO SE APLICA A UNIDADE

19. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE e TCE CUJO ENVIO DISPENSADO – NÃO SE APLICA

20. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

21. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO –

Foi aprovada a prestação de contas do convênio com Instituto Terra de Preservação Ambiental – ITPA, com ressalvas conforme demonstrado a seguir:

<i>Conveniente</i>	<i>Convênio</i>	<i>Processo</i>	<i>Valor</i>	<i>Ressalva</i>
Instituto Terra de Preservação Ambiental – ITPA	2000CV000089 SIAFI Nº 401710	02000.005004/2000-18 02000.00536/2001-45	875.000,00	Descumprimento de legislação vigente, remanejamento de rubrica, sem a devida autorização do concedente, no entanto foi apresentada justificativa pelo conveniente e acatada por este Ministério, uma vez que o objeto do convênio foi cumprido.

22. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Não houve execução orçamentária e financeira nas Unidades Gestoras: 440076, 440089 e 440092 .

23- DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE – ANEXO II

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DE TRAANSFERÊNCIAS

<i>Tipo</i>	<i>Siafi</i>	<i>Nº Processo e do Termo Aditivo, Data Assinatura, Início da Vigência e Fim da Vigência</i>	<i>Objeto da avença</i>	<i>Data de publicação no DOU</i>	<i>Valor Concedido</i>	<i>Valor da Contrapartida</i>	<i>Valor Pactuado</i>	<i>Beneficiário (Razão social e CNPJ)</i>	<i>Situação da Avença</i>
-	-	02000.001064/2001-42 - 01/AGO/2001 01/AGO/2001 28/JUN/2009	O presente projeto com o PNUD visa atender as peculiaridades da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, a qual compete propor políticas e normas, definir estratégias e implementar programas e projetos nas seguintes áreas: - política ambiental urbana e rural; - diferentes formas de poluição, degradação e riscos ambientais; - resíduos danosos à saúde e ao meio ambiente; - avaliação de impactos ambientais e o licenciamento; - monitoramento da qualidade do meio ambiente; - ordenamento territorial; e gestão integrada dos ambientes costeiro e marinho.	27/AGO/2001	1.879.060,39	-	-	PNUD BRA/00/020 CNPJ:03.723.329/0001-79	Em execução

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

2	-	02000.002187/2007-96 - 05/OUT/2007 09/OUT/2007 -	Elaboração de cartas de sensibilidade ambiental para derramamento de óleo (Cartas são) da Zona Costeira e Marinha.	05/OUT/2007	1.000.000,00	-	1.000.000,00	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ CNPJ:33.654.831/0001-36	Em execução
2	-	02000.003462/2008-70 - 05/DEZ/2008 05/DEZ/2008 31/DEZ/2008	Aquisição de equipamentos e materiais para fortalecimento do licenciamento ambiental federal.	08/DEZ/2008	1.092.970,00	-	1.092.970,00	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA CNPJ:03.659.166/0001-02	Em execução
2	-	02000.002505/2008-08 - 30/OUT/2008 30/OUT/2008 31/MAR/2009	Monitoramento Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina.	10/NOV/2008	185.000,00	-	185.000,00	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais- CPRM CNPJ:00.091.652/0001-89	Em execução
1	603286	02000.002923/2007-14 - 28/DEZ/2008 28/DEZ/2008 30/DEZ/2009	Mapeamento de áreas de risco de acidentes na RMR com ênfase no complexo industrial portuário de suape, estado de pernambuco.	07/JAN/2008	498.739,00	125.650,00	624.389,00	Agência Estadual e Meio Ambiente e Recursos Hídricos - CPRH CNPJ:06.052.204/0001-52	A comprovar - 498.739,00
1	393538	02000.003434/2000-03 1º T.A 29/JUN/2000 28/JUN/2000 31/AGO/2001	Dar apoio financeiro à implantação de aterro sanitário.	30/JUN/2000	350.000,00	35.000,00	385.000,00	P. M. DE PENEDO CNPJ: 12.243.697/0001-00	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	406123	02000.006427/2000-55 1º T.A 27/DEZ/2000 28/DEZ/2000 31/OUT/2001	Dar apoio financeiro à implantação de aterro sanitário.	29/DEZ/2000	167.000,00	8.800,00	175.800,00	P. M. DE NOVA OLINDA DO NORTE CNPJ:04.477.600/0001-04	Instaurada TCE 02000.001094/2005-82 - Inadimplência suspensa - R\$ 167.000,00 Responsável: Sebastião Rodrigues Maciel CPF: 091.236.953-15 Fato motivador: Art.38, inciso II, da IN/STN nº 01/97.
1	430050	02000.009104/2001-02 7º T.A 21/DEZ/2001 27/DEZ/2001 31/DEZ/2004	Apoiar a implantação de Aterro Sanitário e Modernização da usina de Reciclagem de Lixo.	27/DEZ/2001	600.000,00	187.875,00	787.875,00	P. M. DE COARI CNPJ:04.262.432/0001-21	Instaurada TCE 02000.000314/2008-01 Responsável: Manoel Adail Amaral Pinheiro CPF: 137.996.732-53 Fato Motivador: Art. 38, inciso II, alíneas "a", "c" e "d" da IN/STN nº 01/97
1	432825	02000.001731/2001-97 3º T.A 27/DEZ/2001 31/DEZ/2001 30/ABR/2003	Apoiar implantação de aterro sanitário no município.	07/JAN/2002	800.000,00	80.000,00	880.000,00	P. M. DE ITACOATIARA CNPJ:04.241.980/0001-75	Concluído
1	415185	02000.000717/2001-46 3º T.A 11/MAI/2001 09/MAI/2001 31/DEZ/2002	Dar apoio à implantação de projeto de Desenvolvimento Sustentável da Costa dos Coqueiros.	29/MAI/2001	294.860,00	29.486,00	324.346,00	FUNDACAO MOVIMENTO ONDAZUL CNPJ:34.433.797/0001-32	Concluído
1	422890	02000.001837/2001-91 3º T.A 23/OUT/2001 24/OUT/2001 31/MAR/2003	Apoiar a implantação do aterro sanitário.	24/OUT/2001	1.700.000,00	340.000,00	2.040.000,00	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO CNPJ:13.595.251/0001-08	Inadimplência Suspensa - R\$ 1.700.000,00

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	543432	02000.004903/2005-16 3º T.A 30/DEZ/2005 30/DEZ/2005 30/JUN/2009	Apoiar a elaboração das cartas de sensibilidade ambiental ao de óleo nas bacias sedimentares da costa leste do Brasil.	06/JAN/2006	550.000,00	64.169,60	614.169,60	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E EXTENSÃO - FAPEX CNPJ:14.645.162.0001-91	A comprovar - 124.000,00 A liberar - 295.000,00 A aprovar - 426.000,00
1	405743	02000.006147/2000-47 3º T.A 22/DEZ/2000 26/DEZ/2000 28/FEV/2002	Dar apoio financeiro à implantação de aterro sanitário.	28/DEZ/2000	300.000,00	30.000,00	330.000,00	P. M. DE CAMOCIM CNPJ:07.603.500/0001-23	Inadimplência Suspensa. - R\$ 300.000,00 Instaurada TCE 02000.00194/2000-47 Responsável :Sérgio Araújo Lima Aguiar CPF:389.483.623-72 Fato motivador: Art.38, inciso II, alínea "b" da IN/STN nº 01/97.
1	527595	02000.002325/2005-75 3º T.A 28/OUT/2005 28/OUT/2005 31/MAR/2007	Realização de estudos de avaliação de vulnerabilidades ambientais.	04/NOV/2005	63.000,00	7.000,00	70.000,00	P.M DE BEBERIBE CNPJ:07.528.292/0001-89	A aprovar - 63.000,00 O processo encontra-se em análise técnica.
1	399442	02000.004603/2000-14 4º T.A 15/SET/2000 14/SET/2000 31/DEZ/2002	Alocar recursos para dar continuidade à implementação de ações inerentes à execução do Projeto de Implantação de Sistemas de Gestão Ambiental em Micro e pequenas empresas.	15/SET/2000	159.672,00	120.146,00	279.818,00	SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS CNPJ:04.382.000/0001-20	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	405276	02000.001890/2000-19 1º T.A 18/DEZ/2000 19/DEZ/2000 31/DEZ/2002	Dar apoio técnico e financeiro ao Fórum Nacional de Secretários de Agricultura.	20/DEZ/2000	2.000.000,00	100.000,00	2.100.000,00	FORUM NACIONAL DE SECRETARIOS DE ESTADO DE AG. CNPJ:03.067.192/0001-41	Inadimplência Suspensa. - R\$ 2.000.000,00 Instaurada TCE 02000.004479/2006-82 Responsáveis: Wandenkolk Pasteur Gonçalves, CPF: 042.468.532-41 e Odacir Zonta, CPF: 105.367.449-04 Fato Motivador: Art.38, inciso II, alínea "a" da IN/STN nº 01/97.
1	405628	02000.006573/2000-81 1º T.A 22/DEZ/2000 22/DEZ/2000 31/AGO/2001	Dar apoio financeiro ao Projeto de Fortalecimento do Sistema de Licenciamento Ambiental Federal.	26/DEZ/2000	808.600,00	0,00	808.600,00	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT.REN. CNPJ:03.659.166/0001-02	Concluído
1	405631	02000.004681/2000-19 1º T.A 22/DEZ/2000 26/DEZ/2000 31/AGO/2001	Dar apoio financeiro as atividades de melhoria do controle ambiental.	26/DEZ/2000	500.000,00	0,00	500.000,00	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT.REN. CNPJ:03.659.166/0001-02	Concluído
1	406689	02000.007395/2000-13 1º T.A 29/DEZ/2000 30/DEZ/2000 31/AGO/2001	Dar apoio financeiro as atividades de apoio ao fortalecimento do Centro Sensoriamento Remoto do IBAMA.	08/JAN/2001	280.000,00	0,00	280.000,00	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT.REN. CNPJ:03.659.166/0001-02	Concluído
1	417771	02000.001601/2001-54 1º T.A 14/AGO/2001 14/AGO/2001 28/FEV/2002	Apoiar o Projeto de Fortalecimento das Associações e Cooperativas de Papeis e Materiais Recicláveis.	20/AGO/2001	35.000,00	8.147,00	43.147,00	CARITAS BRASILEIRA CNPJ:33.654.419/0001-16	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	419345	02000.001924/2001-48 - 13/SET/2001 14/SET/2001 28/FEV/2002	Apoiar o Laboratório de Produtos Florestais do Ibama, na realização de 3 cursos.	14/SET/2001	258.900,00	0,00	258.900,00	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT.REN. CNPJ:03.659.166/0001-02	Concluído
1	422871	02000.007473/2001-52 5° T.A 22/OUT/2001 23/OUT/2001 30/SET/2006	Apoiar a implantação e implementação do Projeto de Fortalecimento do Sistema de Licenciamento Ambiental.	23/OUT/2001	6.806.375,00	0,00	6.806.375,00	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT.REN. CNPJ:03.659.166/0001-02	Concluído
1	423590	02000.001689/2001-12 1° T.A 01/NOV/2001 07/NOV/2001 30/SET/2002	Apoiar a implantação de rede de recifes artificiais marinhos no litoral do Estado do Paraná.	07/NOV/2001	750.000,00	0,00	750.000,00	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT.REN. CNPJ:03.659.166/0001-02	Concluído
1	429835	02000.009068/2001-79 2° T.A 22/DEZ/2001 27/DEZ/2001 30/ABR/2003	Apoiar execução do projeto "Estudos dos Efeitos Ambientais Causados pelas mudanças de uso da terra no cerrado: uma abordagem multidisciplinar."	27/DEZ/2001	200.000,00	60.000,00	260.000,00	FUNDACAO EMPREENDIMIENTOS CIENTIFICOS E TECNOL CNPJ:37.116.704/0001-34	Concluído
1	430055	02000.009343/2001-54 5° T.A 18/DEZ/2001 27/DEZ/2001 31/DEZ/2004	Elaboração do documento intitulado "Perfil Nacional de Gestão de Substâncias Químicas"	27/DEZ/2001	682.000,00	0,00	682.000,00	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA CNPJ:03.112.386/0001-11	Concluído
1	469520	02000.002960/2002-18 7° T.A 12/DEZ/2002 17/DEZ/2002 31/JUL/2004	Apoiar implantação de ações educacionais junto a indústria da Construção que subsidiar o Desenvolvimento das ações do Programa Entulho Limpo.	17/DEZ/2002	30.000,00	3.000,00	33.000,00	ECO ATITUDE - ACOES AMBIENTAIS CNPJ:04.514.771/0001-58	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	489014	02000.003139/2003-91 6° T.A 18/DEZ/2003 19/DEZ/2003 31/DEZ/2008	Apoiar execução do Projeto piloto de Elaboração e implementação de Sistemas de Gestão Ambiental.	24/DEZ/2003	270.000,00	70.000,00	340.000,00	SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS CNPJ:00.438.200/0001-20	A aprovar - 270.000,00 O processo encontra-se em análise financeira.
1	383025	02000.003585/1999-59 5° T.A 27/DEZ/1999 27/DEZ/1999 28/FEV/2002	Elaboração de base cartográfica digital no Estado, para operação em sistema "GIS".	29/DEZ/1999	170.000,00	31.600,00	201.600,00	COORDENACAO ESTADUAL DE CIENCIA E TECNOLOGIA CNPJ:01.620.602/0001-04	Concluído
1	393699	02000.003426/2000-59 3° T.A 29/JUN/2000 29/JUN/2000 31/DEZ/2001	Dar apoio financeiro a implantação de aterro sanitário.	03/JUL/2000	300.000,00	19.894,00	319.894,00	P. M. DE AFONSO CLAUDIO CNPJ:27.165.562/0001-41	Concluído
1	402200	02000.003475/2000-91 1° T.A 29/JUN/2000 29/JUN/2000 31/AGO/2001	Dar apoio financeiro à implantação de Usina de Reciclagem de Resíduos Plásticos.	03/JUL/2000	280.000,00	25.000,00	305.000,00	P. M. DE MUNIZ FREIRE CNPJ:27.165.870/0001-71	Concluído
1	517920	02000.001060/2004-15 - 23/DEZ/2004 23/DEZ/2004 30/SET/2005	Aquisição de equipamento coletor alternativo para transportar lixo, composto por um vagão coletor compactador	31/DEZ/2004	100.000,00	17.800,00	117.800,00	P.M DE MINEIROS CNPJ:02.316.537/0001-09	Concluído
1	368350	02000.003666/1998-78 - 30/DEZ/1998 30/DEZ/1998 31/DEZ/1999	Represamento e recuperação da área de preservação permanente a cabeceira do Ribeirão da Mula.	31/DEZ/1998	183.500,00	20.000,00	203.500,00	P. M. DE CAMPINORTE CNPJ:02.215.747/0001-92	Concluído
1	393704	02000.003482/2000-93 1° T.A 29/JUN/2000 29/JUN/2000 31/OUT/2001	Dar apoio financeiro à implantação de aterro sanitário.	24/NOV/2000	150.000,00	7.500,00	157.500,00	P. M. DE PADRE BERNARDO CNPJ:01.170.331/0001-32	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	394575	02000.003485/2000-27 2° T.A 29/JUN/2000 29/JUN/2000 31/DEZ/2001	Dar apoio financeiro a implantação de aterro sanitário.	30/JUN/2000	150.000,00	15.375,00	165.375,00	P. M. DE ALEXANIA CNPJ:01.298.975/0001-00	Concluído
1	429902	02000.009426/2001-43 3° T.A 20/DEZ/2001 27/DEZ/2001 30/SET/2003	Apoiar à implantação de aterro sanitário.	27/DEZ/2001	508.043,35	50.804,33	558.847,68	P. M. DE CIDADE OCIDENTAL CNPJ:36.862.621/0001-21	Inadimplência Efetiva - R\$ 508.043,00 Instaurada TCE 02000.002944/2007-17 Responsável: Plínio Rodrigues de Araújo CPF:173.130.231-20 Fato Motivador: Art. 38, inciso II, alíneas "a", "b" e "d" da IN/STN nº01/97.
1	470302	02000.009193/2001-89 8° T.A 13/DEZ/2002 19/DEZ/2002 30/JUN/2007	Apoiar implantação de aterro sanitário.	19/DEZ/2002	808.000,00	115.000,00	923.000,00	P. M. DE NOVO GAMA CNPJ:01.629.276/0001-04	Concluído
1	489033	02000.003201/2003-45 5° T.A 22/DEZ/2003 22/DEZ/2003 31/MAR/2008	Apoiar o Plano de Controle da poluição por veículos em uso.	29/DEZ/2003	200.000,00	21.000,00	221.000,00	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HID CNPJ:00.638.357/0001-08	A aprovar - 200.000,00. O processo encontra-se em análise financeira.
1	383112	02000.003542/1999-46 2° T.A 28/DEZ/1999 27/DEZ/1999 31/AGO/2001	Plano de Gestão para a microregião da aglomeração urbana de São Luis e municípios de Alcântara, Bacabeira e Rosário.	30/DEZ/1999	345.000,00	51.750,00	396.750,00	GERENCIA DE ESTADO DE QUALIDADE DE VIDA CNPJ:02.973.324/0001-06	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	393589	02000.003468/2000-90 1º T.A 26/JUN/2000 26/JUN/2000 31/AGO/2001	Dar apoio financeiro à implantação de aterro sanitário.	30/JUN/2000	200.000,00	20.455,00	220.455,00	P. M. DE COELHO NETO CNPJ:05.281.783/0001-98	Concluído
1	429692	02000.008941/2001-14 3º T.A 18/DEZ/2001 26/DEZ/2001 31/OUT/2003	Apoiar a implantação de Aterro Sanitário e Modernização da usina de Reciclagem de Lixo.	26/DEZ/2001	450.000,00	50.000,00	500.000,00	P. M. DE TIMON CNPJ:06.115.307/0001-14	Concluído
1	432802	02000.009497/2001-46 3º T.A 26/DEZ/2001 28/DEZ/2001 31/DEZ/2002	Apoiar Ações de Desenvolvimento Ambiental Urbana.	28/DEZ/2001	214.200,00	23.800,00	238.000,00	P. M. DE COELHO NETO CNPJ:05.281.738/0001-98	Concluído
1	392911	02000.003371/2000-87 1º T.A 26/JUN/2000 28/JUN/2000 31/AGO/2001	Dar apoio financeiro à implantação da usina de compostagem e reciclagem.	29/JUN/2000	224.958,00	44.992,00	269.950,00	P. M. DE JOAO PINHEIRO CNPJ:16.930.299/0001-13	Inadimplência Suspensa - R\$ 224.958,00 Em Análise Técnica
1	392989	02000.001764/2000-56 4º T.A 26/JUN/2000 27/JUN/2000 31/DEZ/2003	Apoiar a execução do projeto de Desenvolvimento Sustentável da Indústria do Couro em Minas Gerais e Rio Grande do Sul.	27/JUN/2000	270.168,00	67.880,00	338.048,00	FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DE MG CNPJ:17.212.069/0001-81	Concluído
1	393534	02000.003430/2000-17 2º T.A 29/JUN/2000 29/JUN/2000 31/DEZ/2001	Dar apoio financeiro à implantação de aterro sanitário.	30/JUN/2000	180.000,00	36.000,00	216.000,00	P. M. DE OLIVEIRA CNPJ:16.854.531/0001-26	Inadimplência Suspensa - 180.000,00 Encaminhado a SPOA/MMA para instauração de TCE.
1	393558	02000.003491/2000-84 3º T.A 29/JUN/2000 29/JUN/2000 28/FEV/2002	Dar apoio financeiro à implantação de aterro sanitário.	29/JUN/2000	233.973,00	47.975,00	281.948,00	P. M. DE PATROCINIO CNPJ:18.468.033/0001-26	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	405990	02000.006348/2000-44 1º T.A 21/DEZ/2000 22/DEZ/2000 31/AGO/2001	Apoiar a Fundação Mineira de Educação e Cultura, na implantação e execução do Projeto de otimização do Sistema Nacional de Licenciamento Ambiental.	26/DEZ/2000	44.280,00	12.000,00	56.280,00	FUNDACAO MINEIRA DE EDUCACAO E CULTURA CNPJ:17.253.253/0003-31	Concluído
1	422743	02000.000875/2001-26 - 28/SET/2001 18/OUT/2001 28/FEV/2002	Dar apoio à elaboração de Projeto Executivo de Recuperação do Lixão de Construção de Aterro Sanitário.	18/OUT/2001	40.000,00	8.000,00	48.000,00	P. M. DE GOVERNADOR VALADARES CNPJ:20.622.890/0001-80	Concluído
1	425286	02000.008323/2001-66 1º T.A 04/DEZ/2001 11/DEZ/2001 31/DEZ/2002	Apoiar a implantação do aterro sanitário.	11/DEZ/2001	420.000,00	42.000,00	462.000,00	P. M. DE PIRAPORA CNPJ:23.539.463/0001-21	Instaurada TCE 02000.000728/2008-22 Responsável: Leônidas Gregório de Almeida CPF: 095.369.146-20 Fato Motivador: Art. 38, inciso II, alínea "a" da IN/STN nº 01/97
1	431922	02000.009513/2001-09 6º T.A 28/DEZ/2001 28/DEZ/2001 31/JUL/2005	Realização do projeto "estabelecimento de sistema de informações sobre estoques de pesticidas obsoletos e outras substâncias perigosas"	28/DEZ/2001	412.200,00	82.480,00	494.680,00	FUNDACAO CENTRO TECNOLOGICO DE MINAS GERAIS CNPJ:16.558.900/0001-99	A aprovar- 412.200,00 O processo encontra-se em análise financeira.
1	432799	02000.009374/2001-13 1º T.A 26/DEZ/2001 28/DEZ/2001 31/DEZ/2002	Apoiar a implantação do aterro sanitário de resíduos urbanos.	28/DEZ/2001	84.000,00	4.421,00	88.421,00	P. M DE CARMOPOLIS DE MINAS CNPJ:18.312.983/0001-67	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	456416	02000.002118/2002-78 11º T.A 04/JUL/2002 05/JUL/2002 30/NOV/2006	Apoiar a aquisição de equipamentos para coleta e implantação de aterro controlado.	05/JUL/2002	265.600,00	14.051,00	279.651,00	P. M DE CANA VERDE CNPJ:18.244.426/0001-56	Concluído
1	419646	02000.002028/2001-04 3º T.A 20/SET/2001 26/SET/2001 20/SET/2006	Dar apoio à implementação dos projetos que integram o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal.	26/SET/2001	125.259.582,00	17.772.633,00	143.032.215,00	INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE- PANTANAL CNPJ:02.386.443/0001-98	Aprovado - R\$ 2.294.924,11 A aprovar - R\$ 291.650,89 O processo encontra-se em análise financeira.
1	524672	02000.002302/2005-61 1º T.A 29/JUL/2005 29/JUL/2005 30/JUN/2006	Realização de estudos de avaliação de vulnerabilidades ambientais.	03/AGO/2005	104.400,00	13.000,00	117.400,00	P.M DE PONTA PORÃ CNPJ:03.434.792/0001-09	Concluído
1	393637	02000.003489/2000-13 1º T.A 29/JUN/2000 29/JUN/2000 28/FEV/2001	Dar apoio financeiro à implantação de aterro sanitário.	30/JUN/2000	200.000,00	29.562,00	229.562,00	P. M. DE SANTAREM CNPJ:05.182.233/0001-76	Concluído
1	394573	02000.003292/2000-76 3º T.A 28/JUN/2000 29/JUN/2000 31/DEZ/2004	Alocar recursos para dar continuidade à implementação de ações inerentes ao programa REVIZEE.	30/JUN/2000	395.275,00	25.924,00	421.199,00	FUNDACAO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA CNPJ:05.572.870/0001-59	Aprovado - R\$ 227.940,87 A aprovar - R\$ 167.334,13 O processo encontra-se em análise financeira.
1	393632	02000.003484/2000-82 3º T.A 29/JUN/2000 29/JUN/2000 31/DEZ/2002	Dar apoio financeiro à remediação do Lixão do Roger.	30/JUN/2000	1.402.178,00	155.797,00	1.557.975,00	P. M. DE JOAO PESSOA CNPJ:08.778.326/0001-56	Concluído

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	456436	02000.000694/2002-81 11° T.A 05/JUL/2002 05/JUL/2002 05/JUL/2007	Apoiar a implantação de aterro sanitário.	05/JUL/2002	1.590.000,00	1.122.669,45	2.712.669,45	P. M DE JOAO PESSOA CNPJ:08.806.721/0001-03	A aprovar - 1.100.000,00 O processo encontra-se em análise financeira.
1	514890	02000.003705/2004-46 1° TA 21/DEZ/2004 21/DEZ/2004 30/DEZ/2008	Sistematização de conhecimentos e informações para a elaboração do Guia Nacional de Diretrizes Gerais	23/DEZ/2004	257.546,00	25.760,00	283.306,00	FUNDACAO APOLONIO SALES DE DESENVOLVIMENTO CNPJ:08.961.997/0001-58	A aprovar - 257.546,00 O processo encontra-se em análise técnica.
1	349270	02000.000960/1999-08 5° T.A 30/JUN/1998 01/JUL/1998 28/FEV/2003	Programa de avaliação do potencial sustentável dos recursos vivos na zona econômica exclusiva -REVIZEE.	02/JUL/1998	886.000,00	23.000,00	909.000,00	FUNDACAO APOLONIO SALES DE DESENVOLVIMENTO CNPJ:08.961.997/0001-58	Concluído
1	393567	02000.003467/2000-45 1° T.A 26/JUN/2000 26/JUN/2000 31/AGO/2001	Dar apoio financeiro à implantação de aterro sanitário.	30/JUN/2000	480.000,00	35.000,00	515.000,00	P. M. DE GRAVATA CNPJ:11.049.830/0001-20	Concluído
1	405737	02000.003447/2000-74 1° T.A 22/DEZ/2000 26/DEZ/2000 31/AGO/2001	Dar apoio financeiro à implantação de aterro sanitário.	28/DEZ/2000	350.000,00	35.000,00	385.000,00	P. M. DE NAZARE DA MATA CNPJ:10.166.817/0001-98	Concluído
1	473131	02000.002936/2002-71 - 24/DEZ/2002 27/DEZ/2002 31/DEZ/2004	Sistematização e integração de dados e informações do Programa REVIZEE.	27/DEZ/2002	120.000,00	12.000,00	132.000,00	FUNDACAO APOLONIO SALES DE DESENVOLVIMENTO CNPJ:08.961.997/0001-58	A aprovar - 120.000,00 O processo encontra-se em análise financeira.
1	486480	02000.003001/2003-92 - 12/DEZ/2003 12/DEZ/2003 31/JUL/2004	Apoiar aquisição de caminhão para coleta de lixo.	17/DEZ/2003	100.000,00	5.000,00	105.000,00	P. M DE CHA GRANDE CNPJ:11.049.806/0001-90	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	503613	02000.001019/2004-31 1º T.A 01/JUL/2004 01/JUL/2004 30/JUN/2005	Apoiar a aquisição de veículo para coleta e transporte de resíduos sólidos.	02/JUL/2004	100.000,00	28.000,00	128.000,00	P.M DE IRATI CNPJ:75.654.574/0001-82	Concluído
1	393461	02000.003451/2000-32 1º T.A 26/JUN/2000 23/JUN/2000 20/DEZ/2001	Dar apoio financeiro à elaboração do Projeto de implementação da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar.	30/JUN/2000	100.000,00	20.000,00	120.000,00	P. M. DE CURITIBA CNPJ:76.417.005/0001-86	Concluído
1	418867	02000.001633/2001-50 1º T.A 05/SET/2001 06/SET/2001 31/MAR/2002	Apoiar a ampliação da área temática do Centro de Referência em Gestão Ambiental nos Assentamentos Humanos.	06/SET/2001	105.000,00	21.000,00	126.000,00	UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE UNILIVRE CNPJ:85.075.778/0001-12	Concluído
1	420345	02000.001820/2001-33 1º T.A 08/OUT/2001 10/OUT/2001 30/JUN/2002	Dar apoio a aquisição de equipamentos coletores de lixo.	10/OUT/2001	120.000,00	32.000,00	152.000,00	P. M. DE ALMIRANTE TAMANDARE CNPJ:76.105.659/0001-74	Concluído
1	420401	02000.001612/2001-34 1º T.A 02/OUT/2001 08/OUT/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	18/OUT/2001	64.000,00	3.369,00	67.369,00	P. M. DE BOM SUCESSO CNPJ:75.771.261/0001-04	Concluído
1	423146	02000.001465/2001-01 2º T.A 01/OUT/2001 23/OUT/2001 31/AGO/2002	Apoiar a aquisição de equipamentos coletores.	23/OUT/2001	180.035,00	9.001,00	189.036,00	P. M DE ASTORGA CNPJ:76.743.377/0001-30	Concluído
1	423354	02000.000814/2001-69 1º T.A 08/OUT/2001 29/OUT/2001 31/AGO/2002	Apoiar a implantação do aterro sanitário de resíduos sólidos.	29/OUT/2001	311.350,00	32.750,00	344.100,00	P. M. DE JANDAIA DO SUL CNPJ:75.771.204/0001-25	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	423614	02000.007534/2001-81 1º T.A 08/OUT/2001 26/OUT/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana no município.	26/OUT/2001	64.000,00	27.550,00	91.550,00	P. M. DE MANDAGUARI CNPJ:76.285.345/0001-09	Concluído
1	424344	02000.001871/2001-65 - 14/NOV/2001 19/NOV/2001 28/FEV/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	19/NOV/2001	75.035,00	3.950,00	78.985,00	P. M. DE CORBELIA CNPJ:76.208.826/0001-02	Concluído
1	424384	02000.007559/2001-85 2º T.A 06/NOV/2001 09/NOV/2001 31/AGO/2002	Apoiar a implantação de projeto de coleta seletiva de resíduos sólidos.	09/NOV/2001	150.000,00	32.845,00	182.845,00	P. M. DE MARECHAL CANDIDO CNPJ:76.205.814/0001-24	Concluído
1	424779	02000.001824/2001-11 1º T.A 01/NOV/2001 21/NOV/2001 30/JUN/2002	Apoiar a aquisição de equipamentos coletores de lixo.	21/NOV/2001	124.000,00	6.526,00	130.526,00	P. M. DE ANTONINA CNPJ:76.022.516/0001-07	Concluído
1	425241	02000.001422/2001-17 3º T.A 27/NOV/2001 10/DEZ/2001 31/DEZ/2002	Apoiar a aquisição de equipamento coletor de lixo.	10/DEZ/2001	64.000,00	3.369,00	67.369,00	P. M. DE KALORE CNPJ:75.771.238/0001-10	Concluído
1	425398	02000.007722/2001-18 1º T.A 27/NOV/2001 13/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	13/DEZ/2001	64.000,00	3.368,00	67.368,00	P. M DE CRUZMALTINA CNPJ:01.615.393/0001-00	Concluído
1	426211	02000.001954/2001-54 1º T.A 12/DEZ/2001 14/DEZ/2001 30/ABR/2002	Apoiar Ações de Desenvolvimento Ambiental Urbana.	14/DEZ/2001	64.000,00	12.800,00	76.800,00	P. M. DE PAICANDU CNPJ:76.282.664/0001-52	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	427135	02000.002034/2001-53 1º T.A 13/DEZ/2001 19/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	21/JAN/2002	56.000,00	8.000,00	64.000,00	P. M. DE VIRMOND CNPJ:95.587.622/0001-74	Concluído
1	427243	02000.002040/2001-19 1º T.A 12/DEZ/2001 19/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	19/DEZ/2001	56.000,00	8.000,00	64.000,00	P. M. DE PRANCHITA CNPJ:78.113.834/0001-09	Concluído
1	427266	02000.002033/2001-17 1º T.A 12/DEZ/2001 14/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	14/DEZ/2001	57.000,00	7.000,00	64.000,00	P. M. DE PINHAL DE SAO BENTO CNPJ:95.590.832/0001-11	Concluído
1	428826	02000.002041/2001-55 1º T.A 14/DEZ/2001 19/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar a aquisição de equipamentos coletores de lixo.	19/DEZ/2001	56.000,00	8.000,00	64.000,00	P. M. DE NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE CNPJ:95.589.928/0001-32	Concluído
1	429540	02000.007801/2001-11 3º T.A 20/DEZ/2001 26/DEZ/2001 31/OUT/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	26/DEZ/2001	64.000,00	3.200,00	67.200,00	P. M. DE JUNDIAI DO SUL CNPJ:76.408.061/0001-54	Concluído
1	429541	02000.007931/2001-53 1º T.A 20/DEZ/2001 26/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	26/DEZ/2001	64.000,00	3.200,00	67.200,00	P. M. DE SAO JERONIMO DA SERRA CNPJ:76.290.683/0001-20	Concluído
1	429546	02000.007930/2001-17 1º T.A 20/DEZ/2001 26/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	26/DEZ/2001	64.000,00	3.200,00	67.200,00	P. M. DE RIO BOM CNPJ:75.771.212/0001-71	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	429559	02000.008776/2001-92 - 20/DEZ/2001 26/DEZ/2001 28/FEV/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	26/DEZ/2001	56.500,00	7.500,00	64.000,00	P. M. DE UBIRATA CNPJ:75.950.096/0001-10	Concluído
1	429561	02000.008722/2001-27 2º T.A 20/DEZ/2001 26/DEZ/2001 31/AGO/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	26/DEZ/2001	56.500,00	7.500,00	64.000,00	P. M. DE TAPEJARA CNPJ:76.247.345/0001-06	Concluído
1	429562	02000.001819/2001-17 3º T.A 20/DEZ/2001 26/DEZ/2001 31/OUT/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	26/DEZ/2001	90.000,00	4.737,00	94.737,00	P. M DE PRIMEIRO DE MAIO CNPJ:76.245.059/0001-01	Concluído
1	429592	02000.007623/2001-28 2º T.A 08/DEZ/2001 26/DEZ/2001 31/AGO/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	26/DEZ/2001	100.000,00	28.000,00	128.000,00	P. M. DE CASTRO CNPJ:77.001.311/0001-08	Concluído
1	429921	02000.007484/2001-32 1º T.A 20/DEZ/2001 26/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	26/DEZ/2001	75.000,00	7.500,00	82.500,00	P. M. DE GUARANIACU CNPJ:76.208.818/0001-66	Concluído
1	429931	02000.001720/2001-15 2º T.A 28/JAN/2002 27/DEZ/2001 31/OUT/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	06/FEV/2002	225.035,00	56.365,00	281.400,00	P.M. DE TELEMACHO BORBA CNPJ:76.170.240/0001-04	Concluído
1	430008	02000.009257/2001-41 1º T.A 20/DEZ/2001 27/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações desenvolvimento ambiental urbana.	27/DEZ/2001	64.000,00	3.369,00	67.369,00	P. M. DE MARUMBI CNPJ:75.771.246/0001-66	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	430041	02000.007732/2001-45 1º T.A 20/DEZ/2001 27/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	27/DEZ/2001	56.000,00	8.000,00	64.000,00	P. M. DE PEROLA DO OESTE CNPJ:75.924.290/0001-69	Concluído
1	430044	02000.007538/2001-60 1º T.A 21/DEZ/2001 27/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar à aquisição de equipamento coletor de lixo.	27/DEZ/2001	115.000,00	13.000,00	128.000,00	P. M. DE COLORADO CNPJ:76.970.326/0001-03	Concluído
1	430072	02000.008145/2001-73 1º T.A 21/DEZ/2001 27/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	27/DEZ/2001	64.000,00	3.369,00	67.369,00	P. M. DE FIGUEIRA CNPJ:78.063.732/0001-18	Concluído
1	430365	02000.008721/2001-82 1º T.A 20/DEZ/2001 27/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar à aquisição de equipamento coletor de lixo.	27/DEZ/2001	56.500,00	7.500,00	64.000,00	P. M. DE JURANDA CNPJ:78.196.755/0001-09	Concluído
1	430371	02000.007494/2001-78 1º T.A 20/DEZ/2001 27/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	27/DEZ/2001	60.000,00	4.000,00	64.000,00	P. M. DE SANTA MARIANA CNPJ:75.392.019/0001-20	Concluído
1	430373	02000.002006/2001-36 1º T.A 21/DEZ/2001 27/DEZ/2001 30/DEZ/2002	Apoiar a implantação de aterro sanitário	27/DEZ/2001	60.000,00	12.000,00	72.000,00	P. M. DE MUNHOZ DE MELLO CNPJ:75.352.062/0001-61	Concluído
1	431848	02000.007621/2001-39 2º T.A 20/DEZ/2001 28/DEZ/2001 31/AGO/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbano.	28/DEZ/2001	63.000,00	3.316,00	66.316,00	P. M DE FOZ DO JORDAO CNPJ:01.603.719/0001-80	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	431868	02000.001950/2001-76 1º T.A 20/DEZ/2001 20/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	28/DEZ/2001	64.000,00	16.000,00	80.000,00	P. M DE APUCARANA CNPJ:75.771.253/0001-68	Concluído
1	431873	02000.002031/2001-10 1º T.A 20/DEZ/2001 28/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	26/DEZ/2001	75.000,00	3.948,00	78.948,00	P. M DE MORRETES CNPJ:76.022.490/0001-99	Concluído
1	431884	02000.001719/2001-82 1º T.A 19/DEZ/2001 31/DEZ/2001 31/AGO/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	28/DEZ/2001	125.035,00	6.251,00	131.286,00	P. M DE SAO JOSE DA BOA VISTA CNPJ:76.920.818/0001-94	Concluído
1	431887	02000.007542/2001-28 2º T.A 21/DEZ/2000 31/DEZ/2000 31/AGO/2002	Apoiar Ações de Desenvolvimento Ambiental Urbana.	27/DEZ/2001	75.000,00	3.948,00	78.948,00	P. M DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU CNPJ:75.425.314/0001-35	Concluído
1	431891	02000.007939/2001-10 3º T.A 18/DEZ/2001 31/DEZ/2001 31/OUT/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	28/DEZ/2001	125.035,00	6.500,00	131.535,00	P. M DE SULINA CNPJ:80.869.886/0001-43	Concluído
1	431897	02000.007496/2001-67 2º T.A 31/DEZ/2001 31/DEZ/2001 31/AGO/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	07/JAN/2002	75.000,00	3.948,00	78.948,00	P. M DE SAO JOSE DAS PALMEIRAS CNPJ:77.819.605/0001-33	Concluído
1	432798	02000.001822/2001-22 3º T.A 26/DEZ/2001 28/DEZ/2001 31/OUT/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	28/DEZ/2001	125.035,00	25.007,00	150.042,00	P. M DE ROLANDIA CNPJ:76.288.760/0001-08	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	450529	02000.008382/2001-34 1º T.A 30/ABR/2002 14/MAI/2002 31/OUT/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	14/MAI/2002	56.000,00	8.000,00	64.000,00	P. M DE CANTAGALO CNPJ:78.279.981/0001-45	Concluído
1	454659	02000.002091/2002-13 - 04/JUL/2002 05/JUL/2002 31/DEZ/2002	Apoiar a implantação de aterro sanitário.	05/JUL/2002	100.000,00	5.300,00	105.300,00	P. M DE TRES BARRAS CNPJ:78.121.936/0001-68	Concluído
1	488139	02000.002971/2003-71 - 18/DEZ/2003 18/DEZ/2003 31/JUL/2004	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	22/DEZ/2003	62.500,00	10.000,00	72.500,00	P. M DE FLOR DA SERRA DO SUL CNPJ:95.589.271/0001-13	Concluído
1	488143	02000.002973/2003-60 - 17/DEZ/2003 19/DEZ/2003 31/JUL/2004	Apoiar aquisição de equipamentos de coleta e transporte de resíduos sólidos.	22/DEZ/2003	62.500,00	10.000,00	72.500,00	P. M DE MARQUINHO CNPJ:01.612.552/0001-13	Concluído
1	488149	02000.002970/2003-26 1º T.A 17/DEZ/2003 19/DEZ/2003 30/SET/2004	Apoiar aquisição de equipamento coletor.	22/DEZ/2003	62.500,00	10.000,00	72.500,00	P. M DE CRUZEIRO DO IGUACU CNPJ:95.589.230/0001-44	Concluído
1	488151	02000.002968/2003-57 - 17/DEZ/2003 19/DEZ/2003 31/JUL/2004	Apoiar aquisição de equipamento coletor alternativo.	22/DEZ/2003	62.500,00	10.000,00	72.500,00	P. M DE GUAMIRANGA CNPJ:01.616.255/0001-46	Concluído
1	488153	02000.002967/2003-11 - 17/DEZ/2003 19/DEZ/2003 31/JUL/2004	Apoiar aquisição de equipamento coletor alternativo.	22/DEZ/2003	62.500,00	10.000,00	72.500,00	P. M DE BOM JESUS DO SUL CNPJ:01.612.443/0001-04	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	488154	02000.002972/2003-15 - 17/DEZ/2003 19/DEZ/2003 31/JUL/2004	Apoiar a aquisição de equipamento coletor alternativo.	22/DEZ/2003	62.500,00	10.000,00	72.500,00	P. M DE BELA VISTA DA CAROBA CNPJ:01.612.441/0001-07	Concluído
1	382996	02000.003545/1999-54 4º T.A 28/DEZ/1999 27/DEZ/1999 30/NOV/2002	Apoio financeiro ao Projeto "subsídios para gestão de qualidade do ar nas grandes metrópoles brasileiras".	29/DEZ/1999	832.250,00	80.000,00	912.250,00	FUNDACAO COORDENACAO DE PROJETOS, PESQUISAS CNPJ: 72.060.999/0001-75	Concluído
1	396640	02000.003685/2000-80 1º T.A 10/AGO/2002 10/AGO/2000 30/JUN/2001	Dar apoio financeiro à concepção, e a realização do Seminário Internacional - Gestão Sustentável da Baía de Guanabara.	14/AGO/2000	450.000,00	112.500,00	562.500,00	FUNDACAO GETULIO VARGAS CNPJ:33.641.663/0001-44	Concluído
1	396858	02000.003658/2000-15 3º T.A 15/AGO/2000 15/AGO/2000 31/MAI/2002	Dar apoio financeiro à concepção, coordenação e monitoramento do Programa de Revitalização da Bacia de Guanabara.	16/AGO/2000	4.500.000,00	1.350.000,00	5.850.000,00	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENG SANITARIA E AMBI. CNPJ:33.945.015/0001-81	Concluído
1	401710	02000.005004/2000-18 2º T.A 31/OUT/2000 31/OUT/2000 31/MAI/2002	Alocar recursos para a elaboração de um Plano de Gestão Costeira para a Baía de Guanabara.	01/NOV/2000	875.000,00	175.000,00	1.050.000,00	INSTITUTO TERRA DE PRESERVACAO AMBIENTAL CNPJ:02.575.919/0001-39	Concluído
1	402002	02000.005163/2000-12 6º T.A 13/NOV/2000 10/NOV/2000 31/DEZ/2005	Alocar recursos para dar continuidade à implementação de ações inerentes ao programa REVIZEE.	14/NOV/2000	648.430,26	105.959,60	754.389,86	FUNDACAO BIO-RIO CNPJ:31.165.384/0001-26	Aprovado - R\$ 416.967,67 A aprovar - R\$ 231.462,59 O processo encontra-se em análise financeira.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	405991	02000.006278/2000-24 3º T.A 14/DEZ/2000 14/DEZ/2000 30/NOV/2002	Apoiar a Coppetec, na implantação do Fórum Brasileiro de Mudanças climáticas e a implantação da Unidade de Mudanças Climáticas na SQA/MMA.	18/DEZ/2000	2.535.000,00	507.000,00	3.042.000,00	FUNDACAO COORDENACAO DE PROJETOS, PESQUISAS CNPJ:72.060.999/0001-75	Aprovado - R\$ 1.420.954,74 A aprovar - R\$ 1.114.045,26 O processo encontra-se em análise financeira.
1	405992	02000.006542/2000-20 - 22/DEZ/2000 22/DEZ/2000 28/FEV/2002	Dar apoio financeiro para o desenvolvimento de ações integradas e interinstitucionais entre a Coordenação de Articulação Regional do Ibama e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro.	26/DEZ/2000	440.000,00	75.600,00	515.600,00	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CNPJ:33.540.014/0001-57	Concluído
1	414371	02000.007358/2000-05 6º T.A 20/ABR/2001 19/ABR/2001 31/DEZ/2005	Prover suporte técnico-científico ao Programa REVIZEE.	23/ABR/2001	720.330,00	29.501,00	749.831,00	FUNDACAO DE ESTUDOS DO MAR CNPJ:33.798.026/0001-86	Concluído
1	415184	02000.000742/2001-50 1º T.A 24/MAI/2001 24/MAI/2001 30/JUN/2002	Acompanhamento técnico da execução dos projetos de melhoria do sistema de destino final de resíduos sólidos.	24/MAI/2001	160.000,00	32.000,00	192.000,00	INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRACAO MUNICIPAL CNPJ:33.645.482/0001-96	Concluído
1	415729	02000.001056/2001-04 2º T.A 04/JUN/2001 05/JUN/2001 31/AGO/2002	Apoiar a realização da terceira edição da pesquisa nacional de opinião - (RIO +10).	06/JUN/2001	330.000,00	66.000,00	396.000,00	INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIAO-ISER CNPJ:43.021.658/0001-92	Concluído
1	415920	02000.000994/2001-89 - 08/JUN/2001 08/JUN/2001 28/FEV/2002	Apoiar a preparação e realização do Quarto OPEN MEETING.	11/JUN/2001	96.050,00	20.000,00	116.050,00	ACADEMIA BRASILEIRA DE CIENCIAS CNPJ:33.856.964/0001-95	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	418068	02000.001729/2001-18 - 21/AGO/2001 22/AGO/2001 28/FEV/2002	Apoiar a execução do Projeto GEOCITIES - METODOLOGIA.	22/AGO/2001	199.995,00	40.000,00	239.995,00	INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIAO-ISER CNPJ:43.021.658/0001-92	Concluído
1	418256	02000.001839/2001-80 - 29/AGO/2001 29/AGO/2001 31/DEZ/2001	Dar apoio financeiro à realização do V Fórum de Comércio e Mudanças Climáticas.	30/AGO/201	50.000,00	22.171,74	72.171,74	INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRACAO MUNICIPAL CNPJ:33.645.482/0001-96	Concluído
1	422508	02000.007968/2001-81 2º T.A 08/OUT/2001 10/OUT/2001 31/DEZ/2003	Prover as informações necessárias ao processo de tomada de decisão, dando suporte às políticas de gestão costeira e marinha.	10/OUT/2001	300.000,00	60.000,00	360.000,00	FUNDACAO DE ESTUDOS DO MAR CNPJ:33.798.026/0001-86	Concluído
1	423939	02000.008572/2001-51 5º T.A 09/NOV/2001 12/NOV/2001 30/ABR/2004	Cooperação entre as partes para avaliação ambiental estratégica e licenciamento ambiental da exploração e produção do petróleo e gás natural.	12/NOV/2001	570.000,00	114.000,00	684.000,00	FUNDACAO COORDENACAO DE PROJETOS,PESQUISAS CNPJ:72.060.999/0001-75	A aprovar - 570.000,00 o processo encontra-se em análise financeira.
1	425383	02000.008932/2001-15 2º T.A 06/DEZ/2001 13/DEZ/2001 30/SET/2002	Apoiar a continuidade do Projeto "O que o Brasil pensa do Meio Ambiente e do Consumo Sustentável."	13/DEZ/2001	200.000,00	40.000,00	240.000,00	INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIAO-ISER CBPJ:43.021.658/0001-92	Concluído
1	425384	02000.008932/2001-15 2º T.A 06/DEZ/2001 13/DEZ/2001 31/AGO/2002	Apoiar a continuidade do Projeto GEOCITIES.	13/DEZ/2001	180.000,00	36.000,00	216.000,00	INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIAO-ISER CNPJ:43.021.658/0001-92	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	427528	02000.008928/2001-57 5º T.A 12/DEZ/2001 14/DEZ/2001 30/NOV/2004	Apoiar a execução do Projeto Qualidade do Ar e Efeitos na saúde da população da região metropolitana do Rio de Janeiro.	14/DEZ/2001	177.100,00	38.640,00	215.740,00	CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA EM SAUDE COLETIVA CNPJ:31.104.896/0001-82	Concluído
1	429861	02000.008363/2001-16 6º T.A 22/DEZ/2001 27/DEZ/2001 31/MAR/2007	Implantação do Projeto "Estudos Econômicos sobre Energia e Meio Ambiente".	27/DEZ/2001	2.138.019,00	260.000,00	2.398.019,00	FUNDACAO COORDENACAO DE PROJETOS, PESQUISAS CNPJ:72.060.999/0001-75	Aprovado - R\$ 1.720.090,27 A Aprovar - R\$ 417.928,73 o processo encontra-se em análise financeira.
1	429971	02000.009252/2001-19 2º T.A 20/DEZ/2001 27/DEZ/2001 31/DEZ/2002	Estabelecer diretrizes e procedimentos para auxiliar o processo de gestão ambiental de bacias hidrográficas.	27/DEZ/2001	400.000,00	80.000,00	480.000,00	CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELETRICA CEPEL CNPJ:42.288.886/0001-60	Concluído
1	430377	02000.009207/2001-64 4º T.A 20/DEZ/2001 26/DEZ/2001 31/DEZ/2005	Incrementar o desenvolvimento e aplicação de instrumentos auxiliares de gestão ambiental.	26/DEZ/2001	986.100,00	200.000,00	1.186.100,00	FUNDACAO DE ESTUDOS DO MAR CNPJ:33.798.026/0001-86	Concluído
1	431831	02000.009253/2001-63 2º T.A 06/DEZ/2001 27/DEZ/2001 31/JUL/2002	Dar apoio ao Projeto GEOCITIES.	27/DEZ/2001	120.000,00	30.000,00	150.000,00	INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRACAO MUNICIPAL CNPJ:33.645.482/0001-96	Concluído
1	432805	02000.008987/2001-25 5º T.A 27/DEZ/2001 28/DEZ/2001 31/DEZ/2006	Dar apoio a execução do Programa Piloto para a formação de auditores de sistema de Gestão Ambiental.	28/DEZ/2001	564.000,00	241.752,00	805.752,00	CENTRO PARA INOVACAO E COMPETITIVIDADE CNPJ:01.899.138/0001-37	Aprovado - R\$ 324.800,00 A Aprovar - R\$ 239.200,00 o processo encontra-se em análise financeira.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	432806	02000.009573/2001-13 4º T.A 27/DEZ/2001 28/DEZ/2001 31/JUL/2003	Apoiar a execução do projeto "O ambientalismo no Brasil: Balanço e perspectivas"	28/DEZ/2001	900.000,00	180.000,00	1.080.000,00	INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIAO-ISER CNPJ:43.021.658/0001-92	Concluído
1	432821	02000.009767/2001-19 6º T.A 28/DEZ/2001 31/DEZ/2001 31/MAR/2007	Dar apoio ao Centro de Estudos integrados sobre Meio Ambiente e mudanças Climáticas.	04/JAN/2002	2.950.000,00	290.000,00	3.240.000,00	FUNDACAO COORDENACAO DE PROJETOS,PESQUISAS CNPJ:72.060.999/0001-75	Aprovado - R\$ 1.966.576,58 A Aprovar - R\$ 983.423,42 o processo encontra-se em análise financeira.
1	432822	02000.009768/2001-63 6º T.A 28/DEZ/2001 31/DEZ/2001 31/MAR/2007	Estabelecimento do Laboratório de Petróleo e Meio Ambiente.	04/JAN/2002	2.117.650,00	202.000,00	2.319.650,00	FUNDACAO COORDENACAO DE PROJETOS,PESQUISAS CNPJ:72.060.999/0001-75	Aprovado - R\$ 1.262.723,98 A aprovar - R\$ - 854.926,02 o processo encontra-se em análise financeira.
1	432823	02000.009769/2001-16 2º T.A 28/DEZ/2001 31/DEZ/2001 31/DEZ/2003	Consolidação do Forum Brasileiro de Mudanças Climáticas.	04/JAN/2002	980.000,00	196.000,00	1.176.000,00	FUNDACAO COORDENACAO DE PROJETOS,PESQUISAS CNPJ:72.060.999/0001-75	Concluído
1	450491	02000.001147/2002-12 4º T.A 22/ABR/2002 09/MAI/2002 30/NOV/2005	Realizar o mapeamento de sensibilidade ambiental a derramamentos de óleo.	09/MAI/2002	1.058.400,00	211.680,00	1.270.080,00	FUNDACAO DE ESTUDOS DO MAR CNPJ:33.798.026/0001-86	Concluído
1	450548	02000.001152/2002-25 - 30/ABR/2002 15/MAI/2002 30/SET/2002	Apoiar a elaboração de estudos para a criação do seguro ecológico.	15/MAI/2002	350.000,00	70.000,00	420.000,00	FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE SEGUROS FUNENSEG CNPJ:42.161.687/0001-97	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	487351	02000.002579/2003-21 2º T.A 18/DEZ/2003 19/DEZ/2003 30/JUN/2005	Implementar o Programa de Certificação de Auditores do setor de Petróleo.	22/DEZ/2003	300.000,00	60.840,00	360.840,00	CENTRO PARA INOVACAO E COMPETITIVIDADE CNPJ:01.899.138/0001-37	Concluído
1	489026	02000.003194/2003-81 - 18/DEZ/2003 18/DEZ/2003 31/DEZ/2006	Prestar assessoria técnica a municípios, para implementação das ações previstas nos planos de intervenção na Orla Marítima.	24/DEZ/2003	551.412,00	110.282,00	661.694,00	FUNDAÇÃO ESTUDOS DO MAR CNPJ:33.798.026/0001-86	Não liberado
1	489054	02000.003205/2003-23 3º T.A 18/DEZ/2003 18/DEZ/2003 30/JUN/2007	Realização do projeto VIGILANTES DO AR.	29/DEZ/2003	254.800,00	51.000,00	305.800,00	P. M DE VOLTA REDONDA CNPJ:32.512.501/0001-43	A aprovar - 254.800,00 o processo encontra-se em análise financeira.
1	393684	02000.003478/2000-25 3º T.A 29/JUN/2000 26/JUN/2000 31/DEZ/2002	Dar apoio financeiro à implantação de unidade de triagem e reciclagem e de aterro sanitário.	03/JUL/2000	349.600,00	87.400,00	437.000,00	P. M. DE PARNAMIRIM CNPJ:08.170.862/0001-74	Concluído
1	404654	02000.005003/2000-73 1º T.A 13/DEZ/2000 13/DEZ/2000 30/DEZ/2002	Alocar recursos para o desenvolvimento e implantação do Plano de Monitoramento para Gestão Integrada do Litoral Oriental do Rio Grande do Norte.	18/DEZ/2000	235.339,00	10.000,00	245.339,00	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E MEIO CNPJ:08.242.166/0001-26	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	406124	02000.006164/2000-84 11º T.A 27/DEZ/2000 28/DEZ/2000 31/MAI/2005	Dar apoio financeiro à implantação de aterro sanitário.	29/DEZ/2000	268.286,00	26.828,00	295.114,00	P. M. DE OURO PRETO DO OESTE CNPJ:04.380.507/0001-79	Inadimplência Suspensa - R\$ 268.286,00 Instaurada TCE 0200.002770/2007-05 Responsável: Carlos Magno Ramos CPF:365.470.506-53 Responsável: Irandir Oliveira Souza CPF:219.760.232-20 Fato Motivador: Art.38, inciso II, alínea "a" da IN/STN nº01/97.
1	430014	02000.009369/2001-01 1º T.A 20/DEZ/2001 27/DEZ/2001 31/DEZ/2002	Apoiar a implantação do aterro sanitário e recuperação do lixo.	27/DEZ/2001	293.159,00	2.961,00	296.120,00	P. M. DE IRACEMA CNPJ:01.613.028/0001-67	Aprovado - 216.966,00 Inadimplência Efetiva- 76.193,00
1	431907	02000.009590/2001-51 2º T.A 28/DEZ/2001 31/DEZ/2001 31/MAR/2003	Apoiar a implantação do aterro sanitário e recuperação do lixo.	04/JAN/2002	297.072,00	3.000,00	300.072,00	P. M. DE RORAINOPOLIS CNPJ:01.613.031/0001-80	Inadimplência Suspensa - 297.072,00 Instaurada TCE: 02000.002840/2008-06 Fato Motivador: Art. 38, inciso II, alínea "c" da IN/STN nº 01/97.
1	517921	02000.000754/2003-46 6º T.A 22/DEZ/2004 31/DEZ/2004 30/ABR/2008	Apoiar a implementação das atividades de Programa Piloto para a minimização dos impactos gerais	31/DEZ/2004	100.000,00	38.000,00	138.000,00	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL CNPJ:03.775.069/0001-85	Aprovado- 148.973,55 A aprovar - 87.506,45 o processo encontra-se em análise financeira.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	430379	02000.009229/2001-24 3º T.A 12/DEZ/2001 20/DEZ/2001 31/DEZ/2006	Apoio à implementação do Programa Nacional e Capacitação Ambiental Portuária.	20/DEZ/2001	397.455,00	79.500,00	476.955,00	FUNDAÇÃO DE APOIO A UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE CNPJ:03.483.912/0001-50	A aprovar - 397.455,00 O processo encontra-se em análise financeira.
1	539274	02000.004719/2005-68 - 27/DEZ/2005 27/DEZ/2005 30/ABR/2007	Fomentar a realização do mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes com produtos perigosos	29/DEZ/2005	504.000,00	101.000,00	605.000,00	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - FEPAM	Não liberado
1	393551	02000.003437/2000-39 1º T.A 26/JUN/2000 26/JUN/2000 31/AGO/2001	Dar apoio financeiro à aquisição e instalação de cestas coletoras de lixo e construção de dispositivos sanitários.	30/JUN/2000	70.000,00	3.525,00	73.525,00	P. M. DE SÃO JOAQUIM CNPJ:93.859.817/0001-09	Concluído
1	393631	02000.003369/2000-16 1º T.A 29/JUN/2000 29/JUN/2000 31/AGO/2001	Dar apoio financeiro a ampliação do sistema de tratamento de esgoto da Bacia da lagoa da Conceição.	30/JUN/2000	430.000,00	430.000,00	860.000,00	P. M. DE FLORIANÓPOLIS CNPJ:82.892.282/0001-43	Concluído
1	405988	02000.006282/2000-92 2º T.A 20/DEZ/2000 20/DEZ/2000 31/DEZ/2001	Dar apoio financeiro à implantação de projeto integrado de resíduos sólidos urbanos.	22/DEZ/2000	100.000,00	5.000,00	105.000,00	P. M. DE IBIRAMA CNPJ:83.102.418/0001-37	Concluído
1	423599	02000.001266/2001-94 2º T.A 30/OUT/2001 06/NOV/2001 31/DEZ/2002	Apoiar ações de infraestrutura no Aterro Parada 1.	06/NOV/2001	480.000,00	124.400,00	604.400,00	P. M. DE BLUMENAU CNPJ:83.108.357/0001-15	Aprovado- 240.000,00 A Aprovar - 240.000,00 O processo encontra-se em análise financeira.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	430020	02000.000751/2001-41 2º T.A 20/DEZ/2001 27/DEZ/2001 28/FEV/2003	Apoiar a recuperação ambiental do aterro controlado por resíduos sólidos urbanos e transformar em aterro sanitário.	27/DEZ/2001	712.052,00	217.700,00	929.752,00	P. M. DE JARAGUA DO SUL CNPJ:83.102.459/0001-23	Concluído
1	512598	02000.002792/2004-14 - 18/NOV/2004 18/NOV/2004 31/DEZ/2004	Apoio a Realização do encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro	25/NOV/2004	50.000,00	10.000,00	60.000,00	AGÊNCIA BRASILEIRA DE GERENCIAMENTO COSTEIRO CNPJ:04.739.972/0001-53	Concluído
1	517917	02000.003740/2004-65 5º T.A 22/DEZ/2004 31/DEZ/2004 31/JUL/2009	Apoiara a instalação do laboratório para análise de dioxinas e furanos	31/DEZ/2004	500.000,00	90.000,00	590.000,00	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO CNPJ:43.776.491/0001-70	A Aprovar -124.544,85 A liberar - 50.000,00 A comprovar - 375.455,15 Aprovado - 124.584,85
1	393614	02000.003448/2000-19 3º T.A 29/JUN/2000 29/JUN/2000 31/DEZ/2001	Dar apoio financeiro à construção de um galpão para material reciclável.	30/JUN/2000	30.000,00	20.000,00	50.000,00	P. M. DE SANTOS CNPJ:58.200.015/0001-83	Concluído
1	398882	02000.004525/2000-58 3º T.A 30/AGO/2000 29/AGO/2000 31/DEZ/2004	Alocar recursos para dar continuidade à implementação de ações inerentes ao programa REVIZEE.	01/SET/2000	500.000,00	20.000,00	520.000,00	FUNDACAO DE APOIO A UNIVERSIDADE DE SAO PAULO CNPJ:68.314.830/0001-27	Aprovado - R\$ 150.000,00 A aprovar - R\$ 350.000,00 O processo encontra-se em análise financeira.
1	403714	02000.006280/2000-01 1º T.A 13/DEZ/2000 13/DEZ/2000 31/DEZ/2001	Dar apoio financeiro à elaboração e execução do Projeto "Qualidade Ambiental - Como Participar?"	15/DEZ/2000	292.000,00	58.400,00	350.400,00	ECOM - ECOLOGIA & COMUNICACAO CNPJ:02.560.870/0001-40	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	414357	02000.000561/2001-23 - 25/ABR/2001 25/ABR/2001 31/OUT/2001	Desenvolvimento de curso de capacitação ambiental portuária.	27/ABR/2001	36.360,00	7.500,00	43.860,00	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL CNPJ:03.709.814/0001-98	Concluído
1	427367	02000.000849/2001-06 2º T.A 30/NOV/2001 19/DEZ/2001 28/FEV/2003	Apoiar o Projeto de Recuperação Ambiental do Aterro Controlado de Resíduos Sólidos Urbanos.	19/DEZ/2001	770.000,00	220.000,00	990.000,00	P. M. DE TIMBO CNPJ:83.102.764/0001-15	Concluído
1	425239	02000.008989/2001-14 2º T.A 11/DEZ/2001 12/DEZ/2001 31/MAR/2003	Apoiar a II fase de Projetos de Estudos "Fast-track" para mecanismo de desenvolvimento limpo.	12/DEZ/2001	200.000,00	40.000,00	240.000,00	FUNDAÇÃO DE ESTUDOS AGRARIOS LUIZ DE QUEIROZ CNPJ:48.659.502/0001-55	Aprovado - R\$ 6.740,80 A aprovar - R\$ 193.259,20 O processo encontra-se em análise financeira.
1	429564	02000.008854/2001-59 1º T.A 20/DEZ/2001 26/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar Ações de Desenvolvimento Ambiental Urbana.	26/DEZ/2001	89.775,00	4.725,00	94.500,00	P. M. DE POTIRENDABA CNPJ:45.094.901/0001-28	Concluído
1	429578	02000.009499/2001-35 1º T.A 20/DEZ/2001 26/DEZ/2001 30/NOV/2002	Apoiar a elaboração do diagnóstico e apresentação de propostas referentes às atribuições, fluxos de informações e modelos de sistemas de controle e licenciamento ambiental.	26/DEZ/2001	130.000,00	56.000,00	186.000,00	PMSP - SECRETARIA DE FINANCAS E DESENVOLVIMENTO CNPJ:46.392.130/0001-18	Concluído
1	429993	02000.008824/2001-42 1º T.A 20/DEZ/2001 27/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	27/DEZ/2001	90.000,00	4.500,00	94.500,00	P. M. DE Bady Bassitt CNPJ:45.093.267/0001-09	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	429999	02000.008823/2001-06 1º T.A 21/DEZ/2001 27/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações de coleta e transporte adequados de resíduos sólidos.	27/DEZ/2001	89.775,00	4.725,00	94.500,00	P. M. DE NOVA GRANADA CNPJ:45.147.733/0001-91	Concluído
1	430000	02000.008827/2001-86 1º T.A 21/DEZ/2001 27/DEZ/2001 31/DEZ/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	27/DEZ/2001	90.000,00	4.500,00	94.500,00	P. M. DE INDIAPORA CNPJ:46.947.396/0001-80	Concluído
1	430005	02000.008855/2001-01 1º T.A 21/DEZ/2001 27/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	27/DEZ/2001	90.000,00	4.500,00	94.500,00	P. M DE PLANALTO CNPJ:46.935.763/0001-25	Concluído
1	430007	02000.008789/2001-61 1º T.A 21/DEZ/2001 27/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações de coleta e transporte adequados de resíduos sólidos.	27/DEZ/2001	89.775,00	4.725,00	94.500,00	P. M DE RIOLANDIA CNPJ:45.162.864/0001-48	Concluído
1	430015	02000.009261/2001-18 1º T.A 21/DEZ/2001 27/DEZ/2001 31/DEZ/2002	Apoiar a implantação do aterro sanitário de resíduos sólidos.	27/DEZ/2001	20.447,00	1.023,85	21.470,85	P.M DE SAO PEDRO DO TURVO CNPJ:.44.567.014/0001-67	Concluído
1	430056	02000.008852/2001-60 1º T.A 20/DEZ/2001 27/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações de coleta e transporte adequados de resíduos sólidos.	27/DEZ/2001	89.775,00	4.725,00	94.500,00	P. M. DE SANTA ALBERTINA CNPJ:45.135.530/0001-85	Concluído
1	430066	02000.008889/2001-98 1º T.A 21/DEZ/2001 27/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações de desenvolvimento ambiental urbana.	27/DEZ/2001	90.000,00	4.500,00	94.500,00	P. M. DE ONDA VERDE CNPJ:45.148.699/0001-70	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	430367	02000.008831/2001-44 1º T.A 21/DEZ/2001 27/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar ações de coleta e transporte adequados de resíduos sólidos.	27/DEZ/2001	89.775,00	4.725,00	94.500,00	P. M. DE SALES CNPJ:46.613.196/0001-90	Concluído
1	430738	02000.009558/2001-75 2º T.A 22/DEZ/2001 27/DEZ/2001 30/JUN/2003	Dar apoio ao estudo potencial da geração de energia renovável proveniente dos aterros sanitários nas regiões metropolitanas do Brasil.	27/DEZ/2001	952.000,00	190.400,00	1.142.400,00	FUNDACAO DE ESTUDOS AGRARIOS LUIZ DE QUEIROZ CNPJ:48.659.502/0001-55	Concluído
1	431844	02000.008892/2001-10 2º T.A 20/DEZ/2001 26/DEZ/2001 31/AGO/2002	Apoiar de desenvolvimento ambiental urbana .	26/DEZ/2001	90.000,00	4.500,00	94.500,00	P. M DE CATIGUA CNPJ:45.124.344/0001-40	Concluído
1	432796	02000.008788/2001-17 1º T.A 20/DEZ/2001 26/DEZ/2001 30/JUN/2002	Apoiar Ações de Desenvolvimento Ambiental Urbana.	27/DEZ/2001	89.775,00	4.725,00	94.500,00	P. M. DE CEDRAL CNPJ:45.093.663/0001-36	Concluído
1	432797	02000.008989/2001-14 2º T.A 28/DEZ/2001 28/DEZ/2001 30/NOV/2002	Dar apoio para o desenvolvimento de uma estratégia de educação e difusão da Agenda Marron.	28/DEZ/2001	760.000,00	152.000,00	912.000,00	ECOM - ECOLOGIA & COMUNICACAO CNPJ:02.560.870/0001-40	Concluído
1	432800	02000.008810/2001-29 2º T.A 26/DEZ/2001 28/DEZ/2001 31/AGO/2002	Apoiar ações de coleta e transporte adequados de resíduos sólidos.	28/DEZ/2001	89.775,00	4.725,00	94.500,00	P. M DE JACI CNPJ:45.142.684/0001-02	Concluído

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

1	450492	02000.001118/2002-51 – 22/ABR/2002 09/MAI/2002 31/DEZ/2002	Apoiar um programa piloto de educação ambiental e desenvolvimento sustentável em assentamentos de reforma agrária.	09/MAI/2002	97.500,00	19.500,00	117.000,00	IPE - INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLOGICAS CNPJ:66.831.223/0001-09	Concluído
1	580858	02000.004284/2006-32 1º T.A 29/DEZ/2006 29/DEZ/2006 31/OUT/2008	Apoiar o projeto de regionalização dos serviços de gerenciamento de resíduos do estado do Espírito Santo.	02/JAN/2007	304.024,00	76.006,00	380.030,00	INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS CNPJ:05.200.358/0001-81	Não liberado
1	701991	02000.001342/2008-38 – 31/DEZ/2008 31/DEZ/2008 30/JUN/2010	Mapeamento de áreas de risco de acidentes com Produtos Químicos Perigosos.	26/JAN/2009	530.940,00	68.140,00	599.080,00	Superintendência de Administração do Meio Ambiente – SUDEMA CNPJ:08.329.849/0001-15	Em execução
1	497061	02000.009447/2001-69 1º T.A 22/DEZ/2003 22/DEZ/2003 31/MAR/2005	Apoiar a recuperação de áreas degradadas pelo lixo.	29/DEZ/2003	337.103,99	125.233,60	462.337,59	P.M DE JUAZEIRO CNPJ:13.915.632/0001-27	Aprovado - 9.289,74 Inadimplência Suspensa - 327.814,25 Instaurada TCE 02000.004286/2006-21 Responsável: Joseph Wallace Faria Bandeira CPF: 072.516.025-04

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

ANEXO II - DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE
SETORIAL DE CONTABILIDADE**

EXERCÍCIO 2008

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

COM RESSALVA

Declaro que os demonstrativos contábeis concernentes à Unidade Gestora 440031/00001 constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Contas, exceto no tocante a:

- a) Convênios a Comprovar com data expirada – Restrição 169
- b) Convênios a Aprovar com data expirada – Restrição 170

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 20 de março de 2009.

OSVALDO DE SOUZA MENEZES
Contador Responsável
CRC-DF nº 4113/0-1

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE
SETORIAL DE CONTABILIDADE**

EXERCÍCIO 2008

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

PLENA

Declaro que os demonstrativos contábeis concernentes à Unidade Gestora 440076/00001 constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta as contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 20 de março de 2009.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Osvaldo', is written over a circular stamp.

OSVALDO DE SOUZA MENEZES
Contador Responsável
CRC-DF nº 4113/0-1